

Resultado do **Tesouro Nacional**

Brasília
Fevereiro/2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira
Eduardo Coutinho Guerra
Gilvan da Silva Dantas
Lísio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado
Bruno de Sousa Simões
Bruno Fabrício Ferreira da Rocha
Gregório Diniz
Guilherme Ceccato
Heloisa Teixeira Saito
Janet Maria Pereira
Karla de Lima Rocha
Renato Nogueira Starling

Arte

Projeto Gráfico: Renato Barbosa e Karla Rocha
Co-autoria do Projeto Gráfico: Alline Luz e Viviane Barros
Diagramação: Renato Barbosa

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 18, n. 1 (jan. 2012). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.
1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Resultado Fiscal do Governo Central

O resultado primário do Governo Central, em janeiro de 2012, foi superavitário em R\$ 20,8 bilhões, contra R\$ 2,0 bilhões em dezembro de 2011. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 23,8 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 11,4 milhões, respectivamente.

R\$ Milhões

Tabela 1 - Resultado Primário do Governo Central¹ - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação do Resultado	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
I. RECEITA TOTAL	100.362,3	102.443,9	2,1%	90.874,1	102.443,9	12,7%
Receitas do Tesouro	64.710,5	82.650,5	27,7%	73.648,7	82.650,5	12,2%
Receitas da Previdência Social	34.699,2	19.597,7	-43,5%	17.115,8	19.597,7	14,5%
Receitas do Banco Central	952,7	195,8	-79,5%	109,6	195,8	78,6%
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	19.377,7	15.622,5	-19,4%	15.553,2	15.622,5	0,4%
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	80.984,6	86.821,5	7,2%	75.320,8	86.821,5	15,3%
IV. DESPESA TOTAL	78.967,0	66.012,4	-16,4%	61.118,9	66.012,4	8,0%
Despesas do Tesouro	48.425,3	43.202,2	-10,8%	40.747,0	43.202,2	6,0%
Despesas da Previdência Social (Benefícios)	29.813,3	22.603,1	-24,2%	20.137,7	22.603,1	12,2%
Despesas do Banco Central	728,4	207,2	-71,6%	234,3	207,2	-11,6%
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB²	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	2.017,6	20.809,0	931,4%	14.201,9	20.809,0	46,5%
Tesouro Nacional	-3.092,6	23.825,8	-870,4%	17.348,5	23.825,8	37,3%
Previdência Social (RGPS)	4.885,9	-3.005,4	-161,5%	-3.021,9	-3.005,4	-0,5%
Banco Central ³	224,3	-11,4	-105,1%	-124,7	-11,4	-90,8%
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				4,42%	6,20%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

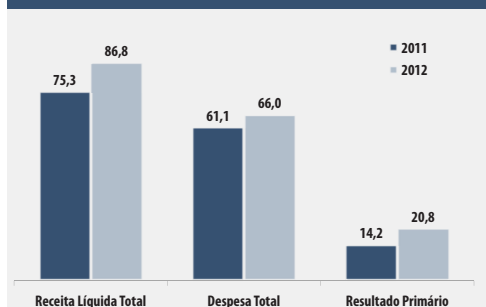
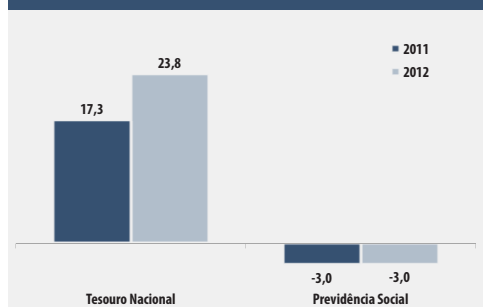
2. Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

3. Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Governo Central apresentaram aumento de R\$ 2,1 bilhões (2,1%), passando de R\$ 100,4 bilhões, em dezembro de 2011, para R\$ 102,4 bilhões, em janeiro de 2012. Esse comportamento decorreu, principalmente, da antecipação de recolhimento da declaração de ajuste de IRPJ e CSLL, em janeiro de 2012.

Em relação às despesas, verificou-se diminuição de R\$ 13,0 bilhões (16,4%) em relação a dezembro de 2011, sobretudo em virtude da redução de R\$ 7,2 bilhões (24,2%) observada nos gastos com benefícios da previdência social.

O resultado primário do Governo Central, em janeiro de 2012, foi superavitário em R\$ 20,8 bilhões, contra R\$ 2,0 bilhões, em dezembro de 2011.

Gráfico 1. Receitas, Despesas e Resultado do Governo Central Brasil - 2011/2012 - R\$ Bilhões

Gráfico 2. Resultado do Governo Central Brasil - 2011/2012 - R\$ Bilhões


Em 2012, o superávit primário do Governo Central foi superior em R\$ 6,6 bilhões comparado a janeiro de 2011.

Em comparação com janeiro de 2011, houve crescimento de R\$ 6,6 bilhões no superávit apurado. Essa evolução reflete o aumento de R\$ 6,5 bilhões no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 113,3 milhões no déficit do Banco Central. O déficit da Previdência Social permaneceu no patamar de R\$ 3,0 bilhões.

As receitas do Governo Central apresentaram crescimento de R\$ 11,6 bilhões (12,7%) relativamente a janeiro de 2011. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo crescimento na arrecadação de impostos (crescimento de R\$ 4,4 bilhões), contribuições (crescimento de R\$ 2,4 bilhões) e da cota parte de compensações financeiras (crescimento de R\$ 1,7 bilhão).

Em relação a janeiro de 2011, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 4,9 bilhões (8,0%) destacando-se os incrementos de R\$ 2,5 bilhões (12,2%) nas Despesas da Previdência Social e de R\$ 1,8 bilhão (7,2%) nas Despesas de Custeio e Capital.

% PIB

Tabela 2 - Resultado do Governo Central - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jan/11	Jan/12
GOVERNO CENTRAL	4,42%	6,20%
Tesouro Nacional	5,40%	7,10%
Previdência Social	-0,94%	-0,90%
Banco Central	-0,04%	0,00%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Receitas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 3 - Receitas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
I. RECEITA TOTAL	100.362,3	102.443,9	2,1%	90.874,1	102.443,9	12,7%
I.1. Receitas do Tesouro	64.710,5	82.650,5	27,7%	73.648,7	82.650,5	12,2%
Receita Bruta ²	65.556,4	83.386,8	27,2%	74.092,2	83.386,8	12,5%
Impostos	32.952,3	42.373,8	28,6%	37.986,5	42.373,8	11,5%
IR	23.364,5	32.505,7	39,1%	29.749,4	32.505,7	9,3%
IPI	4.036,1	4.582,4	13,5%	3.981,2	4.582,4	15,1%
Outros	5.551,7	5.285,8	-4,8%	4.256,0	5.285,8	24,2%
Contribuições	22.767,6	30.666,5	34,7%	28.241,2	30.666,5	8,6%
COFINS	13.856,2	14.749,8	6,4%	13.643,6	14.749,8	8,1%
CSLL	3.152,4	8.905,2	182,5%	8.020,5	8.905,2	11,0%
Pis/Pasep	3.685,3	3.993,7	8,4%	3.623,6	3.993,7	10,2%
CIDE-Combustíveis	426,1	415,7	-2,4%	727,2	415,7	-42,8%
Outras	1.647,7	2.602,1	57,9%	2.226,4	2.602,1	16,9%
Demais	9.836,5	10.346,5	5,2%	7.864,6	10.346,5	31,6%
Cota parte de compensações financeiras	1.590,4	5.518,9	247,0%	3.823,5	5.518,9	44,3%
Diretamente arrecadadas	2.759,5	3.212,6	16,4%	2.719,8	3.212,6	18,1%
Concessões	2.088,1	291,3	-86,1%	256,1	291,3	13,7%
Dividendos	532,7	0,0	-100,0%	2,3	0,0	-98,3%
Outras	2.865,8	1.323,7	-53,8%	1.062,8	1.323,7	24,5%
(-) Restituições	-845,2	-736,3	-12,9%	-391,7	-736,3	88,0%
(-) Incentivos Fiscais	-0,7	-	-	-51,9	-	-
I.2. Receitas da Previdência Social³	34.699,2	19.597,7	-43,5%	17.115,8	19.597,7	14,5%
Receitas da Previdência Social - Urbano	34.176,6	19.210,6	-43,8%	16.741,7	19.210,6	14,7%
Receitas da Previdência Social - Rural	522,6	387,1	-25,9%	374,1	387,1	3,5%
I.3. Receitas do Banco Central	952,7	195,8	-79,5%	109,6	195,8	78,6%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.
2. Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
3. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

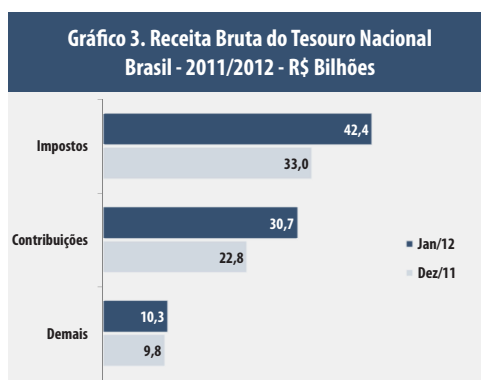
Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou aumento de R\$ 17,8 bilhões (27,2%), passando de R\$ 65,6 bilhões em dezembro de 2011 para R\$ 83,4 bilhões em janeiro de 2012. Este comportamento é explicado pelo crescimento de R\$ 9,4 bilhões (28,6%) na arrecadação de impostos e de R\$ 7,9 bilhões (34,7%) na de contribuições, além do aumento de R\$ 510,1 milhões (5,2%) nas demais receitas.

Em janeiro, as receitas de impostos federais totalizaram R\$ 42,4 bilhões e as de contribuições R\$ 30,7 bilhões, apresentando em seu conjunto aumento de R\$ 17,3 bilhões (31,1%) em relação aos valores apurados em dezembro. Essa evolução reflete, sobretudo o:

- i) crescimento de R\$ 11,6 bilhões (190,6%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 5,8 bilhões (182,5%) na da CSLL, devido ao recolhimento em janeiro da primeira cota ou cota única desses tributos relativa ao resultado apurado no último trimestre do ano anterior, bem como à antecipação, em janeiro de 2012, do item Declaração de Ajuste de IRPJ e CSLL, referente ao lucro obtido em 2011;



- ii) crescimento de R\$ 2,0 bilhões (32,5%) na arrecadação de IRRF- Rendimentos do Trabalho;
- iii) decréscimo de R\$ 4,3 bilhões (58,1%) na arrecadação do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente da apuração semestral desse imposto sobre aplicações financeiras em fundos de renda fixa, com recolhimento nos meses de junho e dezembro, nos termos da Lei nº 10.892/2004, sem correspondente no mês de janeiro; e
- iv) crescimento de R\$ 893,6 milhões (6,4%) e de R\$ 830,3 (75,2%) milhões na arrecadação da Cofins e do Salário Educação, respectivamente.

As demais receitas do Tesouro Nacional registraram crescimento de R\$ 510,1 milhões (5,2%), tendo sido influenciadas, especialmente, pelas seguintes variações:

- i) crescimento de R\$ 3,9 bilhões nas receitas de cota-parte de compensações financeiras, em função do recolhimento trimestral, em janeiro, de participação especial relativa à exploração de petróleo;
- ii) diminuição de R\$ 1,8 bilhão na arrecadação de concessões, em razão de paga-

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou aumento de 27,2% relativamente ao mês anterior.

mentos relativos à licitações da banda H e de subfaixas de frequência usadas na prestação do Serviço Móvel Pessoal realizados em dezembro de 2011, sem correspondente em janeiro de 2012;

- iii) aumento de R\$ 453,2 milhões nas receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração direta e indireta; e
- iv) redução de R\$ 532,7 milhões em receitas de dividendos.

Receitas do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

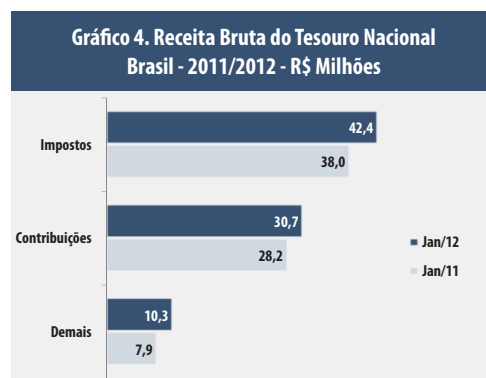
Na comparação com janeiro de 2011, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 9,3 bilhões (12,5%), passando de R\$ 74,1 bilhões para R\$ 83,4 bilhões. Esse crescimento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial.

Em relação a janeiro de 2011 o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu o comportamento dos principais indicadores econômicos que afetam a arrecadação tributária.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- i) crescimento de R\$ 1,9 bilhão (11,9%) no IRPJ e de R\$ 884,7 milhões (11,0%) na CSLL, explicado, principalmente, pelo pagamento do ajuste anual, relativo a fatos geradores ocorridos no ano de 2011, pelas empresas optantes pela apuração do IR por estimativa anual;
- ii) crescimento de R\$ 686,7 bilhões (5,3%) no IRRF, devido, especialmente: a) à elevação de R\$ 1,2 bilhão (16,4%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 15,5% da massa salarial do mês de dezembro de 2011 em relação ao mesmo período de 2010; e b) à redução de R\$ 434,6 milhões (12,4%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente do decréscimo de 31,9% na arrecadação do imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre capital próprio;
- iii) incremento de R\$ 1,1 bilhão (8,1%) na Cofins e de R\$ 370,1 milhões (10,2%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo, ao crescimento de 4,3% do volume de vendas de dezembro de 2011 em relação a dezembro de 2010 (PMC-IBGE);
- iv) incremento de R\$ 601,2 milhões (15,1%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: a) IPI – Automóveis, devido ao recolhimento,

Gráfico 4. Receita Bruta do Tesouro Nacional Brasil - 2011/2012 - R\$ Milhões



em janeiro de 2012, de pagamentos em atraso; b) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da conjugação da elevação de 14,5% no valor em dólar (volume) das importações com a elevação de 11,2% na alíquota média efetiva do IPI – Vinculado e de 6,9% na taxa média de câmbio; e c) IPI – Outros, devido ao decréscimo de 1,2% na produção industrial de dezembro de 2011 em relação a dezembro de 2010 e queda na arrecadação observada nos seguintes setores: fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, metalurgia, fabricação de produtos químicos, fabricação de produtos de minerais não-metálicos, fabricação de equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, apresentou crescimento de R\$ 2,5 bilhões (31,6%), em relação a janeiro de 2011, decorrente dos seguintes fatores:

- i) aumento de R\$ 1,7 bilhão (44,3%) em cota-parte de compensações financeiras, em função do maior recolhimento, de participação especial relativa à exploração de petróleo em razão do aumento do volume extraído e do aumento do preço do barril; e
- ii) crescimento de R\$ 492,8 milhões (18,1%) na arrecadação das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos, fundos e fundações.

% PIB

Tabela 4 - Receita Bruta do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan/11	Jan/12
RECEITA BRUTA ¹	23,04%	24,85%
Impostos	11,81%	12,63%
IR	9,25%	9,69%
IPI	1,24%	1,37%
Outros	1,32%	1,58%
Contribuições	8,78%	9,14%
COFINS	4,24%	4,40%
CSLL	2,49%	2,65%
CIDE-Combustíveis	0,23%	0,12%
Outras	1,82%	1,96%
Demais	2,45%	3,08%
Cota parte de compensações financeiras	1,19%	1,64%
Diretamente arrecadadas	0,85%	0,96%
Concessões	0,08%	0,09%
Dividendos	0,00%	0,00%
Outras	0,33%	0,39%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Transferências do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 5 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	19.377,7	15.622,5	-19,4%	15.553,2	15.622,5	0,4%
Transferências Constitucionais	15.447,4	11.290,6	-26,9%	11.562,1	11.290,6	-2,3%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	812,5	162,5	-80,0%	162,5	162,5	0,0%
Transferências da Cide - Combustíveis	-	447,9	-	477,4	447,9	-6,2%
Demais Transferências	3.117,8	3.721,4	19,4%	3.351,2	3.721,4	11,0%
Salário Educação	635,8	602,2	-5,3%	440,5	602,2	36,7%
Royalties	1.161,1	1.271,8	9,5%	852,8	1.271,8	49,1%
Fundef/Fundeb	1.268,0	1.795,7	41,6%	2.001,0	1.795,7	-10,3%
Outras	52,9	51,7	-2,3%	56,9	51,7	-9,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

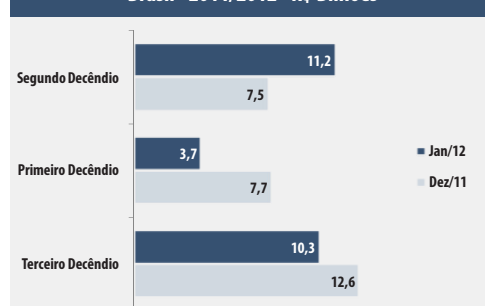
Transferências do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em janeiro de 2012, as transferências a Estados e Municípios apresentaram decréscimo de R\$ 3,8 bilhões (19,4%) em relação a dezembro, totalizando R\$ 15,6 bilhões, contra R\$ 19,4 bilhões. Esse comportamento resulta de:

- i) decréscimo de R\$ 4,2 bilhões (26,9%) frente a dezembro de 2011 nas transferências constitucionais, como impacto da menor arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), principalmente no primeiro decêndio de janeiro;

- ii) diminuição de R\$ 650,0 milhões nas transferências referentes à Lei Complementar nº 115/2002, explicada pelo repasse, em dezembro, da 4ª parcela do auxílio financeiro para fomento às exportações, com base na Medida Provisória nº 501/2010, sem correspondente em janeiro;

Gráfico 5. Base de Cálculo Transferências Constitucionais Brasil - 2011/2012 - R\$ Bilhões



- iii) acréscimo de R\$ 527,6 milhões (41,6%) nas transferências da complementação ao Fundeb, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 1459/2010; e
- iv) transferência, sem correspondência no mês anterior, de R\$ 447,9 milhões referentes à CIDE, relativo à arrecadação trimestral apurada em dezembro de 2011, conforme disposto na legislação.

Transferências do Tesouro Nacional

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

No comparativo de janeiro de 2012 contra janeiro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, incremento de R\$ 69,2 milhões (0,4%). Com isso, manteve-se no patamar de R\$ 15,6 bilhões em 2012. As principais variações no período foram:

- i) redução de R\$ 271,5 milhões (2,3%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e
- ii) incremento de R\$ 419,1 milhões (49,1%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 1459/2010.

Em 2012, houve elevação de R\$ 69,2 milhões (0,4%) nas transferências a Estados e Municípios em relação a 2011.

% PIB

Tabela 6 - Transferências a Estados e Municípios - Brasil - 2011 / 2012		
Discriminação	Jan/11	Jan/12
TRANSFERÊNCIAS TOTAL	4,84%	4,66%
Transferências Constitucionais	3,60%	3,36%
Lei Complementar 87/1996 - Lei Complementar 115/2002 ¹	0,05%	0,05%
Transferências da Cide - Combustíveis	0,15%	0,13%
Demais Transferências	1,04%	1,11%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

Despesas do Tesouro Nacional

R\$ Milhões

Tabela 7 - Despesas Primárias do Governo Central¹ - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
I. DESPESA TOTAL	78.967,0	66.012,4	-16,4%	61.118,9	66.012,4	8,0%
I.1. Despesas do Tesouro	48.425,3	43.202,2	-10,8%	40.747,0	43.202,2	6,0%
Pessoal e Encargos Sociais ²	18.847,0	16.318,1	-13,4%	15.718,7	16.318,1	3,8%
Custeio e Capital	29.402,8	26.725,5	-9,1%	24.939,3	26.725,5	7,2%
Despesa do FAT	2.847,5	2.345,9	-17,6%	2.053,8	2.345,9	14,2%
Subsídios e Subvenções Econômicas ³	876,9	3.272,0	273,1%	1.694,4	3.272,0	93,1%
Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV) ⁴	2.121,2	2.301,0	8,5%	1.970,0	2.301,0	16,8%
Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Custeio e Capital	23.557,3	18.806,6	-20,2%	19.221,2	18.806,6	-2,2%
Outras Despesas de Custeio	14.285,0	12.305,1	-13,9%	11.348,2	12.305,1	8,4%
Outras Despesas de Capital ⁵	9.272,3	6.501,6	-29,9%	7.873,0	6.501,6	-17,4%
Transferência do Tesouro ao Banco Central	175,4	158,5	-9,7%	88,9	158,5	78,3%
I.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios) ⁶	29.813,3	22.603,1	-24,2%	20.137,7	22.603,1	12,2%
Benefícios Previdenciários - Urbano	24.150,4	17.435,8	-27,8%	15.694,8	17.435,8	11,1%
Benefícios Previdenciários - Rural	5.662,9	5.167,3	-8,8%	4.442,9	5.167,3	16,3%
I.3. Despesas do Banco Central	728,4	207,2	-71,6%	234,3	207,2	-11,6%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

2. Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

3. Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

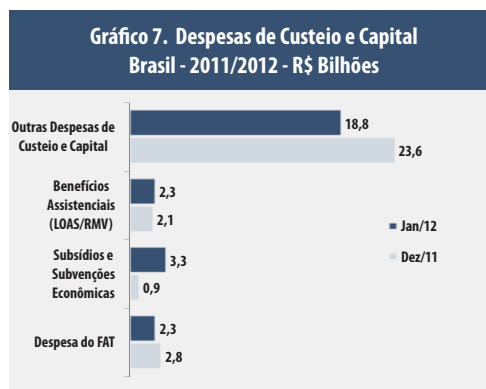
4. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

5. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida.

6. Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Despesas do Tesouro Nacional Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em janeiro, as despesas do Tesouro Nacional retraíram R\$ 5,2 bilhões (10,8%) em relação a dezembro de 2011, totalizando R\$ 43,2 bilhões, o que decorreu das reduções de R\$ 2,7 bilhões nas despesas de Custeio e Capital e de R\$ 2,5 bilhões nas de Pessoal e Encargos Sociais.



As despesas de Custeio e Capital totalizaram R\$ 26,7 bilhões frente a R\$ 29,4 bilhões em dezembro de 2011. Este comportamento deve-se, sobretudo, aos seguintes fatores:

- i) redução de Outras Despesas de Custeio e Capital, em R\$ 4,8 bilhões (20,2%), que concentrou-se principalmente nas despesas discricionárias, apresentando redução de R\$ 2,3 bilhões (13,8%), e no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, cujo retração foi de R\$ 2,1 bilhões (40,0%). Dentre as despesas discricionárias, houve redução nos desembolsos dos Ministérios da Defesa (R\$ 1,9 bilhão) e da Saúde (R\$ 1,4 bilhão);
- ii) incremento nas despesas em Subsídios e Subvenções Econômicas de R\$ 2,4 bilhões (273,1%) decorrente, principalmente, da execução dos Programas: a) Pronaf, com variação de R\$ 1,5 bilhão; b) Custeio Agropecuário, com desempenho a maior de R\$ 444,1 milhões; e c) Aquisições do Governo Federal, com variação de R\$ 331,7 milhões em relação ao mês anterior; e

R\$ Milhões

Tabela 8 - Outras Despesas de Custeio e Capital - Brasil - 2011/2012

Discriminação	Dez/11	Jan/12	Variação %
Precatórios e Sentenças	35,4	25,0	-29,2%
Legislativo	122,4	114,4	-6,5%
Judiciário	679,2	490,5	-27,8%
Crédito Extraordinário ¹	467,1	194,3	-58,4%
PAC ²	5.193,0	3.114,8	-40,0%
Outras ³	407,3	512,9	25,9%
Discricionárias	16.653,0	14.354,7	-13,8%
Min. da Saúde	6.054,6	4.637,8	-23,4%
Min. do Des. Social	2.210,0	2.186,0	-1,1%
Min. da Educação	2.613,3	2.431,8	-6,9%
Min. da Defesa	2.801,4	890,7	-68,2%
Min. da Ciência e Tec.	498,6	272,1	-45,4%
Min. do Des. Agrário	462,4	168,5	-63,6%
Min. da Justiça	425,3	173,2	-59,3%
Min. da Previdência	319,9	117,2	-63,4%
Min. dos Transportes	151,1	141,8	-6,1%
Min. das Cidades	208,9	37,5	-82,0%
Demais	907,5	3.298,1	263,4%
Total	23.557,3	18.806,6	-20,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiadados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

As despesas do Tesouro Nacional reduziram R\$ 5,2 bilhões em relação a dezembro de 2011, em virtude, principalmente, do pagamento da segunda parcela do 13º salário e concentração de pagamento de férias dos servidores do Governo Federal em dezembro.

iii) diminuição nas despesas do FAT em R\$ 501,6 milhões (17,6%) decorrente da redução dos gastos com seguro desemprego que passaram de R\$ 2,8 bilhões em dezembro de 2011 para R\$ 2,3 bilhões em janeiro deste exercício (diminuição de 10,4%).

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais reduziram R\$ 2,5 bilhões em relação ao mês anterior, devido, principalmente, ao pagamento, em dezembro, da segunda parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) e concentração de pagamento de férias dos servidores do Governo Federal em dezembro.

Discriminação	Dez/11	Jan/12
Agricultura	321,1	2.592,0
Custeio Agropecuário	9,2	453,2
Investimento Rural	0,1	80,7
Preços Agrícolas	-110,5	373,8
EGF	0,2	53,8
AGF	-31,7	300,0
Sustent. de preços	-79,0	20,0
Pronaf	-2,9	1.546,9
Pesa	206,0	44,6
Álcool	-	0,7
Cacau	-	0,5
Securitização	-	0,0
Fundo da Terra/Incrá	208,5	18,8
FUNCAFÉ	10,9	11,3
Revitaliza	-	61,4
Outros	40,5	253,3
PSI	-	240,0
Op. Microcrédito (EQMPO)	-	37,4
Habitação (PSH)	-	-
FND	-	-6,7
Exportação (Proex)	23,5	-34,4
Itaipu ²	17,0	17,0
Total	361,7	2.845,3

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

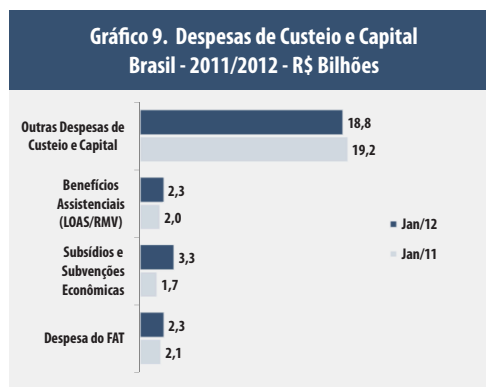
1. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

2. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

As despesas do Tesouro Nacional, em janeiro de 2012, foram R\$ 2,5 bilhões superiores às de janeiro de 2011 devido, especialmente, ao crescimento de R\$ 1,6 bilhões dos Subsídios e Subvenções.

Despesas do Tesouro Nacional Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

As despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 2,5 bilhões (6,0%) em relação a janeiro de 2011, destacando-se os incrementos de R\$ 1,8 bilhão (7,2%) nas Despesas de Custeio e Capital e de R\$ 599,4 milhões (3,8%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais.



O aumento de R\$ 1,8 bilhão observado nos gastos com Custeio e Capital quando comparados os meses de janeiro de 2011 e de 2012 pode ser explicado por:

- i) aumento de R\$ 1,6 bilhão (93,1%) nos dispêndios com Subsídios e Subvenções Econômicas, alcançando R\$ 3,3 bilhões em janeiro de 2012, contra R\$ 1,7 bilhão em janeiro de 2011. Este resultado decorreu da execução dos seguintes Programas:
 - a) Pronaf (crescimento de R\$ 603,2 milhões);
 - b) Custeio Agropecuário (crescimento de R\$ 423,1 milhões); e
 - c) Programa Aquisição do Governo Federal – AGF (crescimento de R\$ 373,8 milhões). Os desembolsos com os fundos regionais passaram de R\$ 351,8 milhões em janeiro de 2011 para R\$ 426,7 milhões (crescimento de 21,3%) no mesmo mês de 2012;

R\$ Milhões

Tabela 10 - Subsídios e Subvenções Econômicas¹ Operações Oficiais de Crédito - Brasil - 2011/2012

Discriminação	Jan/11	Jan/12
Agricultura	1.230,8	2.592,0
Custeio Agropecuário	30,1	453,2
Investimento Rural	23,2	80,7
Preços Agrícolas	101,9	373,8
EGF	27,7	53,8
AGF	-73,8	300,0
Sustent. de preços	148,0	20,0
Pronaf	943,7	1.546,9
Pesa	108,2	44,6
Álcool	-	0,7
Cacau	-	0,5
Securitização	-	-
Fundo da Terra/Incra	7,8	18,8
FUNCAFÉ	15,9	11,3
Revitaliza	0,0	61,4
Outros	111,7	253,3
PSI	-	240,0
Op. Microcredito (EQMPO)	-	37,4
Habitação (PSH)	-	-
FND	-	-6,7
Exportação (Proex)	111,7	-34,4
Itaipu ²	-	17,0
Total	1.342,6	2.845,3

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

2. Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011.

- ii) incremento de R\$ 331,1 milhões (16,8%) nos gastos com benefícios assistenciais (LOAS/RMV), em relação ao mesmo período de 2011. Essa variação é explicada pelos reajustes de 5,88% e de 14,1% do salário mínimo nos anos de 2011 e 2012, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 3,1% no período de janeiro de 2012 relativamente a 2011; e

iii) aumento de R\$ 292,1 milhões (14,2%) nas despesas do FAT.

Por outro lado, houve redução de R\$ 414,5 milhões (2,2%) nas Outras Despesas de Custeio e Capital, que decorreu dos menores desembolsos relativos aos créditos extraordinários (variação de R\$ 972,1 milhões, 83,3%). Nesse grupo registraram-se também os crescimentos de R\$ 326,7 milhões com os Fundos de Desenvolvimento ADA/ADENE e R\$ 165,8 milhões com o PAC, quando comparados os valores de janeiro de 2012 com os do mesmo mês do ano anterior. Os investimentos totais (Tabela A9) atingiram R\$ 6,5 bilhões, o que representou uma redução de R\$ 1,4 bilhão (17,4%) em relação ao mesmo período de 2011.

R\$ Milhões

Discriminação	Jan/11	Jan/12	Varição %
Precatórios e Sentenças	39,9	25,0	-37,3%
Legislativo	105,0	114,4	9,0%
Judiciário	407,1	490,5	20,5%
Crédito Extraordinário ¹	1.166,5	194,3	-83,3%
PAC ²	2.948,9	3.114,8	5,6%
Outras ³	142,2	512,9	260,6%
Discricionárias	14.411,6	14.354,7	-0,4%
Min. da Saúde	4.623,3	4.637,8	0,3%
Min. do Des. Social	1.813,4	2.186,0	20,5%
Min. da Educação	2.494,8	2.431,8	-2,5%
Min. da Defesa	1.583,3	890,7	-43,7%
Min. da Ciência e Tec.	428,4	272,1	-36,5%
Min. do Des. Agrário	132,7	168,5	26,9%
Min. da Justiça	221,9	173,2	-22,0%
Min. da Previdência	178,2	117,2	-34,2%
Min. dos Transportes	109,7	141,8	29,3%
Min. das Cidades	38,4	37,5	-2,4%
Demais	2.787,4	3.298,1	18,3%
Total	19.221,2	18.806,6	-2,2%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

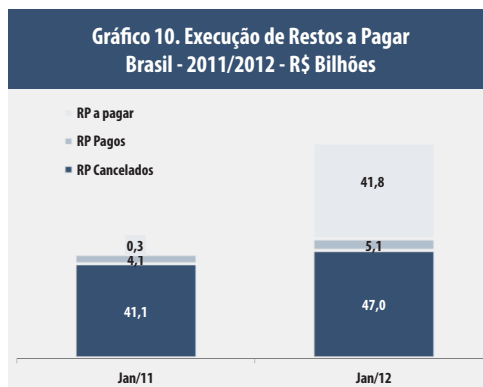
1. Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

2. Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário.

3. Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Os dispêndios com a folha salarial registraram crescimento de R\$ 599,4 milhões (3,8%), passando de R\$ 15,7 bilhões em janeiro de 2011, para R\$ 16,3 bilhões em janeiro de 2012. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal foi de R\$ 66,7 milhões (2,2%) enquanto no Poder Executivo houve acréscimo de R\$ 532,7 milhões (4,2%). Houve redução no pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 5,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

O montante pago de restos a pagar (RP) em janeiro de 2012, segundo ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 5,1 bilhões, equivalentes a 10,8% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 9,0% no mesmo período do ano anterior. Do total dos RP pagos, os principais desempenhos concentraram-se principalmente nos Ministérios da Saúde (total de R\$ 1,9 bilhão), da Educação (R\$ 1,3 bilhão), Defesa (R\$ 374,2 milhões).



R\$ Milhões

Tabela 12 - Quantidade de Benefícios Emitidos LOAS - Brasil - 2011 / 2012

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2007	2.575.467,0	7,8%	1.239.649,3	9,5%	1.335.817,8	6,3%
média 2008	2.810.538,0	9,1%	1.360.235,3	9,7%	1.450.302,8	8,6%
média 2009	3.052.295,3	8,6%	1.487.566,1	9,4%	1.564.729,2	7,9%
média 2010	3.290.375,3	7,8%	1.583.853,0	6,5%	1.706.522,3	9,1%
média 2011	3.506.563,7	6,6%	1.658.459,3	4,7%	1.848.104,3	8,3%
jan/07	2.489.025,0	5,0%	1.190.487,0	3,6%	1.298.538,0	6,3%
jan/08	2.700.283,0	8,5%	1.305.082,0	9,6%	1.395.201,0	7,4%
jan/09	2.952.721,0	9,3%	1.432.494,0	9,8%	1.520.227,0	9,0%
jan/10	3.062.284,8	3,7%	1.491.998,2	4,2%	1.570.286,6	3,3%
jan/11	3.415.706,0	11,5%	1.628.604,0	9,2%	1.787.102,0	13,8%
jan/12	3.603.909,0	5,5%	1.690.538,0	3,8%	1.913.371,0	7,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

% PIB

Tabela 13 - Despesas do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Jan/11	Jan/12
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL	12,7%	12,9%
Pessoal e Encargos Social	4,9%	4,9%
Custeio e Capital	7,8%	8,0%
Despesas do FAT	0,6%	0,7%
Subsídios e Subvenções ¹	0,5%	1,0%
LOAS/RMV	0,6%	0,7%
Outras	6,0%	5,6%
Transferências ao Bacen	0,0%	0,0%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Previdência Social

R\$ Milhões

Tabela 14 - Resultado Primário da Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012						
Discriminação	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	34.699,2	19.597,7	-43,5%	17.115,8	19.597,7	14,5%
Arrecadação Bruta	37.050,9	23.360,1	-37,0%	20.423,3	23.360,1	14,4%
Contribuição Previdenciária	34.520,5	20.740,8	-39,9%	18.108,1	20.740,8	14,5%
Simples	2.273,3	2.468,7	8,6%	2.031,3	2.468,7	21,5%
CFT	48,1	28,0	-41,7%	43,2	28,0	-35,1%
Depósitos Judiciais	198,8	111,0	-44,2%	230,0	111,0	-51,7%
Refis	10,2	11,5	12,8%	10,7	11,5	7,4%
(-) Restituição/Devolução	-165,9	-20,0	-88,0%	-31,6	-20,0	-36,7%
(-) Transferências a Terceiros	-2.185,9	-3.742,4	71,2%	-3.276,0	-3.742,4	14,2%
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	29.813,3	22.603,1	-24,2%	20.137,7	22.603,1	12,2%
III. RESULTADO PRIMÁRIO	4.885,9	-3.005,4	-161,5%	-3.021,9	-3.005,4	-0,5%
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB				-0,94%	-0,90%	

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Previdência Social Resultado Mensal em Relação ao Mês Anterior

Em janeiro de 2012, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,0 bilhões, contra um superávit de R\$ 4,9 bilhões em dezembro de 2011. Os principais fatores que contribuíram para este resultado foram:

- i) redução de R\$ 15,1 bilhões (43,5%) na arrecadação líquida da Previdência Social em janeiro de 2012, frente aos ingressos líquidos de dezembro de 2011, totalizando R\$ 19,6 bilhões. Essa redução decorreu da sazonalidade das contribuições, no mês de dezembro, incidentes sobre a folha salarial relativas ao 13º salário; e
- ii) diminuição de R\$ 7,2 bilhões (24,2%) nas despesas com benefícios, que alcançaram o valor de R\$ 22,6 bilhões em janeiro de 2012. A redução resultou do efeito sazonal do pagamento, em dezembro, da 2ª parcela do abono anual correspondente à gratificação de Natal a aposentados e pensionistas.

Previdência Social

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Ano Anterior

Em relação a janeiro do ano anterior, o déficit previdenciário reduziu R\$ 16,5 milhões (0,5%). A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 2,5 bilhões (14,5%), devido ao crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. A variação nominal da massa salarial apurada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), entre dezembro de 2010 e dezembro de 2011, apresentou crescimento de 15,5%. Por sua vez, as despesas com benefícios apresentaram aumento de R\$ 2,5 bilhões (12,2%).

Comparativamente a janeiro de 2011, o aumento das despesas foi de R\$ 2,5 bilhões (12,2%). Este comportamento é explicado, principalmente, por dois fatores:

- i) aumento de R\$ 75,42 (9,9%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e
- ii) elevação de 753,9 mil (3,1%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2012, comparado ao de 2011, destacam-se os aumentos de 539,8 mil aposentadorias (3,4%), de 165,7 mil pensões por morte (2,4%) e 33,0 mil benefícios de auxílio-doença (2,4%).



Em mil benefícios

Tabela 15 - Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	2011			2012		
	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
BENEFÍCIOS DO RGPS	25.176	25.190	0,1%	24.436	25.190	3,1%
Previdenciários	24.342	24.359	0,1%	23.612	24.359	3,2%
Aposentadorias	16.139	16.170	0,2%	15.637	16.170	3,4%
Idade	8.457	8.474	0,2%	8.179	8.474	3,6%
Invalidez	3.010	3.011	0,1%	2.960	3.011	1,7%
Tempo de contribuição	4.673	4.684	0,2%	4.498	4.684	4,1%
Pensão por morte	6.797	6.808	0,2%	6.641	6.808	2,5%
Auxílio-Doença	1.263	1.243	-1,6%	1.206	1.243	3,1%
Salário - maternidade	74	69	-6,4%	67	69	3,1%
Outros	68	69	0,8%	60	69	14,7%
Acidentários	835	831	-0,4%	824	831	0,8%
Aposentadorias	174	174	0,2%	167	174	4,5%
Pensão por morte	124	124	-0,1%	125	124	-1,2%
Auxílio - doença	179	175	-2,1%	179	175	-2,2%
Auxílio - acidente	289	289	0,1%	281	289	2,7%
Auxílio - suplementar	69	69	-0,5%	72	69	-4,3%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Tabela 16 - Resultado da Previdência Social - Brasil - 2010 / 2011

Discriminação	R\$ Milhões		Variação %	% PIB	
	Jan/11	Jan/12		Jan/11	Jan/12
CONTRIBUIÇÃO	17.115,8	19.597,7	14,5%	5,32%	5,84%
Urbano	16.741,7	19.210,6	14,7%	5,21%	5,72%
Rural	374,1	387,1	3,5%	0,12%	0,12%
BENEFÍCIOS	20.137,7	22.603,1	12,2%	6,26%	6,74%
Urbano	15.694,8	17.435,8	11,1%	4,88%	5,20%
Rural	4.442,9	5.167,3	16,3%	1,38%	1,54%
RESULTADO PRIMÁRIO	-3.021,9	-3.005,4	-0,5%	-0,94%	-0,90%
Urbano	1.046,9	1.774,8	69,5%	0,33%	0,53%
Rural	-4.068,8	-4.780,2	17,5%	-1,27%	-1,42%

Fonte: Ministério da Previdência Social

Obs.1: Dados sujeitos a alteração.

Obs.2: A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

Dívida Líquida do Tesouro Nacional

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R\$ 983,6 bilhões em janeiro de 2012. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R\$ 47,6 bilhões, consequência da elevação de R\$ 54,0 bilhões no estoque da dívida interna líquida e da redução de R\$ 6,4 bilhões na dívida externa

R\$ Milhões

Discriminação	Dez/11	Jan/12	Varição %	Jan/11	Jan/12	Varição %
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	853.155,9	907.114,7	6,3%	825.378,0	907.114,7	9,9%
Dívida Interna	2.517.419,4	2.495.317,6	-0,9%	2.226.341,1	2.495.317,6	12,1%
Haveres Internos	1.664.263,5	1.588.202,9	-4,6%	1.400.963,1	1.588.202,9	13,4%
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	82.877,8	76.507,1	-7,7%	86.213,9	76.507,1	-11,3%
Dívida Externa	83.292,6	76.794,2	-7,8%	86.491,9	76.794,2	-11,2%
Haveres Externos	414,9	287,1	-30,8%	277,9	287,1	3,3%
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	936.033,7	983.621,8	5,1%	911.592,0	983.621,8	7,9%
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB ¹	22,6%	23,7%		23,9%	23,7%	

Fonte: Tesouro Nacional

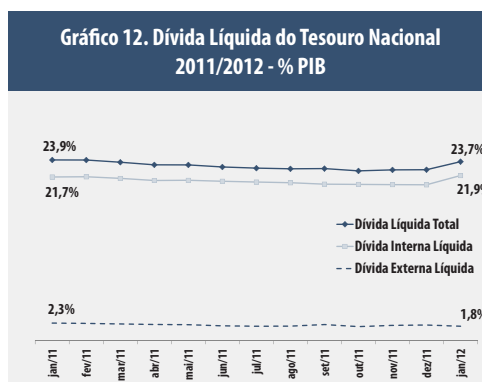
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

líquida.

Em relação a janeiro de 2011, a DLTN apresentou aumento de R\$ 72,0 bilhões, que pode ser explicado pelo crescimento de R\$ 81,7 bilhões no estoque da dívida interna líquida, compensado em parte pelo decréscimo de R\$ 9,7 bilhões no estoque da dívida externa líquida.

Em relação ao PIB, a DLTN apresentou redução de 0,2 p.p no mesmo período, passando de 23,9% em janeiro de 2011 para 23,7% em janeiro de 2012.



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional apresentou redução de 0,2 p.p do PIB, passando de 23,9% em janeiro de 2011 para 23,7% em janeiro de 2012.

Dívida Interna Líquida

R\$ Milhões

Tabela 18 - Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
I. DÍVIDA INTERNA	2.517.419,4	2.495.317,6	-0,9%	2.226.341,1	2.495.317,6	12,1%
Dívida Mobiliária	2.507.648,9	2.485.854,6	-0,9%	2.212.626,0	2.485.854,6	12,3%
DPMFi em Poder do Público ¹	1.783.060,6	1.724.320,5	-3,3%	1.542.502,8	1.724.320,5	11,8%
DPMFi em Poder do Banco Central	751.837,2	791.340,1	5,3%	698.962,5	791.340,1	13,2%
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	-27.248,9	-29.806,0	9,4%	-28.839,3	-29.806,0	3,4%
Demais Obrigações Internas	9.770,5	9.463,0	-3,1%	13.715,1	9.463,0	-31,0%
II. HAVERES INTERNOS	1.664.263,5	1.588.202,9	-4,6%	1.400.963,1	1.588.202,9	13,4%
Disponibilidades Internas	476.209,6	396.377,2	-16,8%	323.187,3	396.377,2	22,6%
Haveres junto aos Governos Regionais	486.571,4	484.434,6	-0,4%	472.794,4	484.434,6	2,5%
Haveres da Administração Indireta	264.839,5	263.852,0	-0,4%	238.931,9	263.852,0	10,4%
Haveres Administrados pela STN	436.643,0	443.539,1	1,6%	366.049,6	443.539,1	21,2%
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	853.155,9	907.114,7	6,3%	825.378,0	907.114,7	9,9%
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL / PIB³	20,6%	21,9%		21,7%	21,9%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

2. Refere-se a aplicações do FAT e fundos públicos em títulos públicos federais.

3. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

No mês de janeiro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 907,1 bilhões, apresentando, em relação ao mês anterior, um aumento de R\$ 54,0 bilhões e está associado à redução de R\$ 76,1 bilhões nos haveres internos, não obstante a redução de R\$ 22,1 bilhões no estoque da dívida interna bruta. Como percentual do PIB, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional representou o equivalente a 21,9%, em janeiro de 2012.

Relativamente ao ano anterior, houve aumento de R\$ 81,7 bilhões, passando de R\$ 825,4 bilhões, em janeiro de 2011, para R\$ 907,1 bilhões, em janeiro de 2012. Esse comportamento decorreu do aumento de R\$ 269,0 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado pelo crescimento de R\$ 187,2 bilhões nos haveres internos. Em relação ao PIB, houve aumento de 0,2 p.p., passando de 21,7% para 21,9%.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, diminuiu R\$ 21,8 bilhões em relação ao mês anterior. Essa diminuição da DPMFi pode ser explicada pelo resgate líquido de R\$ 42,5 bilhões ocorrido no período. A apropriação de juros foi de R\$ 23,3 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 19 - Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
	EM PODER DO PÚBLICO	1.783.060,6	1.724.320,5	-3,3%	1.542.502,8	1.724.320,5
LFT	548.664,1	556.027,0	1,3%	533.037,4	556.027,0	4,3%
LTN	402.376,0	426.579,9	6,0%	291.543,3	426.579,9	46,3%
NTN-B	453.528,8	466.263,1	2,8%	382.880,3	466.263,1	21,8%
NTN-C	62.443,1	60.893,7	-2,5%	63.733,6	60.893,7	-4,5%
NTN-F	280.253,1	179.929,7	-35,8%	236.141,8	179.929,7	-23,8%
Demais ¹	35.795,6	34.627,1	-3,3%	35.166,4	34.627,1	-1,5%
APLICAÇÕES EM TÍTULOS PÚBLICOS	-27.248,9	-29.806,0	9,4%	-28.839,3	-29.806,0	3,4%
EM PODER DO BANCO CENTRAL	751.837,2	791.340,1	5,3%	698.962,5	791.340,1	13,2%
TOTAL	2.507.648,9	2.485.854,6	-0,9%	2.212.626,0	2.485.854,6	12,3%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui TDA e dívida securitizada.

Na carteira de títulos em poder do público, houve diminuição no mês de R\$ 58,7 bilhões associado ao resgate líquido de R\$ 74,5 bilhões. A apropriação de juros foi de R\$ 15,8 bilhões. Na carteira do Banco Central houve aumento de R\$ 39,5 bilhões decorrente da emissão líquida de R\$ 32,0 bilhões, além da apropriação de juros no valor de R\$ 7,5 bilhões.

R\$ Milhões

Tabela 20 - Variação da Dívida Mobiliária Interna do Tesouro Nacional¹ - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Saldo Dez/11	Fatores de Variação ²			Saldo Jan/12
		Emissões	Resgates ³	Juros ⁴	
	EM PODER DO PÚBLICO	1.783.060,6	39.644,6	-114.171,6	15.786,8
LFT	548.664,1	2.661,8	-207,0	4.908,2	556.027,0
LTN	402.376,0	20.650,7	-529,2	4.082,4	426.579,9
NTN-B	453.528,8	10.706,0	-2.942,1	4.970,4	466.263,1
NTN-C	62.443,1	-	-2.272,7	723,4	60.893,7
NTN-F	280.253,1	5.365,7	-107.424,5	1.735,3	179.929,7
Demais ⁵	35.795,6	260,4	-796,0	-632,9	34.627,1
EM PODER DO BANCO CENTRAL	751.837,2	52.836,5	-20.821,1	7.487,6	791.340,1
TOTAL	2.534.897,8	92.481,1	-134.992,7	23.274,4	2.515.660,6

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

2. Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

3. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

4. Refere-se aos juros apropriados por competência.

5. Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional reduziram R\$ 76,1 bilhões em relação ao mês anterior, refletindo a diminuição de R\$ 79,8 bilhões nas disponibilidades internas em decorrência de resgate de títulos, de R\$ 2,1 bilhões nos haveres junto aos governos regionais e de R\$ 987,5 milhões nos haveres da administração indireta. Os haveres administrados pela STN aumentaram R\$ 6,9 bilhões no mesmo período.

Tabela 21 - Haveres Internos do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
DISPONIBILIDADES INTERNAS	476.209,6	396.377,2	-20,2%	323.187,3	396.377,2	-0,2%
HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	486.571,4	484.434,6	0,2%	472.794,4	484.434,6	8,0%
Lei 9.496/97	369.357,5	368.404,4	-0,3%	351.411,2	368.404,4	4,8%
MP 2.185/01	59.271,6	59.256,8	0,0%	56.043,5	59.256,8	5,7%
Lei 8.727/93	26.983,0	26.511,6	-1,7%	33.479,1	26.511,6	-20,8%
Antecipação de Royalties	9.065,6	8.865,3	-2,2%	10.255,2	8.865,3	-13,6%
Bônus Renegociados	5.542,3	5.131,0	-7,4%	5.287,3	5.131,0	-3,0%
Demais Haveres	16.351,4	16.265,5	-0,5%	16.318,0	16.265,5	-0,3%
HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRECTA	264.839,5	263.852,0	1,6%	238.931,9	263.852,0	8,6%
FAT	158.477,7	156.767,2	-1,1%	146.958,7	156.767,2	6,7%
Fundos Regionais	66.175,8	66.828,8	1,0%	58.617,7	66.828,8	14,0%
Demais	40.185,9	40.256,0	0,2%	33.355,5	40.256,0	20,7%
HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	436.643,0	443.539,1	0,2%	366.049,6	443.539,1	42,5%
TOTAL	1.664.263,5	1.588.202,9	-5,2%	1.400.963,1	1.588.202,9	13,1%

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

Nos haveres administrados pela STN, as variações mais significativas foram observadas nos haveres de legislação específica, cujo aumento alcançou R\$ 8,3 bilhões, em decorrência, principalmente, de contrato firmado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos termos da Lei nº 12.453/2011. Nos saldos das operações estruturadas, a redução de R\$ 1,1 bilhão explicada, em parte, pela variação negativa do dólar nos contratos da Eletronbras.

A redução dos haveres da administração indireta, por sua vez, deve-se à diminuição do saldo dos haveres do FAT em R\$ 1,7 bilhão, compensada pelo aumento de R\$ 652,9 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram observadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2001, que juntas diminuíram R\$ 967,9 milhões em função da variação negativa do IGP-DI no mês de dezembro. O saldo das dívidas renegociadas no âmbito da Lei nº 8.727/93 reduziram R\$ 471,4 milhões e os Bônus Renegociados também diminuíram R\$ 411,3 milhões.

Dívida Externa Líquida

R\$ Milhões

Tabela 22 - Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Dez/11	Jan/12	Variação %	Jan/11	Jan/12	Variação %
	I. DÍVIDA EXTERNA	83.292,6	76.794,2	-20,2%	86.491,9	76.794,2
Dívida Mobiliária	71.722,5	66.211,6	-7,7%	66.058,5	66.211,6	0,2%
Euro	4.214,5	3.984,0	-5,5%	4.734,7	3.984,0	-15,9%
Global US\$	55.362,7	50.628,8	-8,6%	49.672,3	50.628,8	1,9%
Global BRL	12.027,1	11.488,6	-4,5%	11.491,8	11.488,6	0,0%
Demais	118,2	110,2	-6,8%	159,6	110,2	-31,0%
Dívida Contratual	11.570,1	10.582,6	-8,5%	20.433,4	10.582,6	-48,2%
Organismos Internacionais	6.913,0	6.396,5	-7,5%	16.848,5	6.396,5	-62,0%
Bancos Privados e Agências Governamentais	4.657,1	4.186,1	-10,1%	3.584,9	4.186,1	16,8%
II. HAVERES EXTERNOS	414,9	287,1	1,6%	277,9	287,1	8,6%
Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	414,9	287,1	-30,8%	277,9	287,1	3,3%
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	82.877,8	76.507,1	0,2%	86.213,9	76.507,1	42,5%
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,0%	1,8%		2,3%	1,8%	

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em janeiro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 76,5 bilhões, contra R\$ 82,9 bilhões em dezembro. Houve redução de R\$ 6,4 bilhões em virtude do resgate líquido de R\$ 1,5 bilhão, ocorrido no mês, além da variação cambial negativa cujo valor alcançou R\$ 5,1 bilhões. A apropriação de juros totalizou R\$ 158,9 milhões.

R\$ Milhões

Tabela 23 - Variação da Dívida Externa do Tesouro Nacional - Brasil - 2011 / 2012

Discriminação	Saldo Dez/11	Fatores de Variação ²				Saldo Jan/12
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
DÍVIDA MOBILIÁRIA³	71.722,5	1.720,8	-3.252,5	321,6	-4.300,8	66.211,6
Global US\$	55.362,7	1.720,8	-2.608,3	188,2	-4.034,6	50.628,8
Euro	4.214,5	-	-	27,2	-257,6	3.984,0
Global BRL	12.027,1	-	-644,2	105,7	-	11.488,6
Demais	118,2	-	0,0	0,6	-8,6	110,2
DÍVIDA CONTRATUAL	11.570,1	29,9	-46,4	-162,7	-808,3	10.582,6
Org Internacionais	6.913,0	29,9	-32,1	-10,8	-503,4	6.396,5
Bancos Privados/Agencias Governamentais	4.657,1	-	-14,2	-151,9	-304,9	4.186,1
TOTAL	83.292,6	1.750,7	-3.298,9	158,9	-5.109,1	76.794,2

Fonte: Tesouro Nacional

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1. Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

2. Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

3. A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.

Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de R\$ 9,7 bilhões, passando de R\$ 86,2 bilhões, em janeiro de 2011, para R\$ 76,5 bilhões, em janeiro de 2012. Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 86,2% (R\$ 66,2 bilhões); e a dívida contratual representa 13,8% (R\$ 10,6 bilhões).

Em proporção do PIB, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional apresentou redução de 0,2 p.p. no mês. Comparativamente ao ano anterior, a redução foi de 0,5 p.p., passando de 2,3%, em janeiro de 2011, para 1,8%.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Outubro 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

Lista de Abreviaturas

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

- Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
- Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
- CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
- CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
- CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
- Emgea – Empresa Gestora de Ativos
- FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
- FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
- FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
- FPE – Fundo de Participação de Estados
- FPM – Fundo de Participação de Municípios
- Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
- INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
- IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
- IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
- IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
- IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
- LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
- PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
- Paes – Parcelamento Especial
- Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
- PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
- PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
- PIB – Produto Interno Bruto
- PIS – Programa de Integração Social
- POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito

Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Jan/2011	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2012
I. RECEITA TOTAL	90.874,1	66.980,4	73.536,4	89.354,9	75.600,4	83.665,4	90.139,5	74.965,2	78.476,1	86.715,0	79.736,3	100.362,3	102.443,9
I.1. Receitas do Tesouro	73.648,7	48.985,0	55.294,1	70.586,1	56.326,5	63.849,2	70.168,3	54.293,8	58.472,3	65.988,5	58.973,7	64.710,5	82.650,5
I.1.1. Receita Bruta	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.684,3	56.611,4	59.909,5	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8
- Impostos	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5	25.321,3	25.435,0	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8
- Contribuições	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2	22.753,7	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5
- Demais ¹	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.462,3	8.118,9	11.720,8	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5
d/q Cessão Onerosa Exploração Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	17.115,8	17.777,6	18.020,2	18.546,2	19.039,8	19.612,1	19.756,1	20.450,9	19.793,4	20.521,6	20.559,0	34.699,2	19.597,7
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano ²	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0	19.978,4	19.309,4	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural ²	374,1	339,0	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1	472,5	484,0	473,7	419,7	522,6	387,1
I.3. Receitas do Banco Central	109,6	217,8	222,1	222,6	234,1	204,1	215,1	220,4	210,5	204,9	203,7	952,7	195,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.553,2	15.851,2	10.475,2	14.397,7	16.281,9	13.984,7	12.340,1	14.188,4	9.633,4	15.247,2	15.152,4	19.377,7	15.622,5
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1	9.802,4	7.869,4	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ³	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0	0,0	589,6	0,0	0,0	447,9
II.4. Demais	3.351,2	3.285,5	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4	4.223,5	1.601,5	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-III)	75.320,8	51.129,2	63.061,2	74.957,2	59.318,5	69.680,7	77.799,4	60.776,8	68.842,7	71.467,7	64.583,9	80.984,6	86.821,5
IV. DESPESA TOTAL	61.118,9	48.594,2	54.088,8	59.415,0	55.156,4	59.100,5	66.458,1	58.236,0	63.427,3	59.962,4	59.873,5	78.967,0	66.012,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	15.718,7	13.519,1	13.770,0	16.392,2	13.868,8	13.769,0	17.350,6	13.501,6	13.705,6	13.530,5	15.303,9	18.847,0	16.318,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	20.137,7	21.093,2	21.155,7	24.275,6	21.459,6	21.515,9	21.840,9	24.376,9	29.143,8	21.849,8	24.775,7	29.813,3	22.603,1
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3	18.258,9	23.532,0	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural ²	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6	6.118,0	5.611,9	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3
IV.3. Custeio e Capital	24.939,3	13.520,5	18.733,4	18.286,8	19.364,2	23.334,1	26.798,7	19.891,7	20.118,0	24.120,2	19.268,4	29.402,8	26.725,5
IV.3.1. Despesa do FAT	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0	3.113,7	3.242,3	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9
- Abono e Seguro Desemprego	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7	3.059,6	3.216,0	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6
- Demais Despesas do FAT	33,7	37,4	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2	54,2	26,3	24,7	42,6	62,6	30,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ⁴	1.694,4	-16,0	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.204,8	520,2	455,2	1.527,5	605,5	876,9	3.272,0
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.342,6	-315,9	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3	203,5	165,5	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	351,8	299,9	373,3	369,1	373,3	383,2	203,5	316,7	289,6	101,7	358,3	360,8	426,7
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁵	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2	2.092,8	2.098,6	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0
IV.3.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
IV.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	19.221,2	9.936,0	13.473,1	13.735,7	14.434,4	17.746,8	15.924,7	14.165,0	14.321,9	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.806,6
- Outras Despesas de Custeio	11.348,2	8.425,2	10.034,1	9.997,1	10.642,2	12.682,2	10.864,5	10.883,3	10.820,4	12.266,9	10.880,7	14.285,0	12.305,1
- Outras Despesas de Capital ⁶	7.873,0	1.510,9	3.438,9	3.738,6	3.792,2	5.064,6	5.060,2	3.281,6	3.501,5	4.777,1	3.255,5	9.272,3	6.501,6
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	88,9	196,1	197,0	185,8	203,1	165,3	185,5	187,0	181,3	185,2	185,2	175,4	158,5
IV.5. Despesas do Banco Central	234,3	265,3	232,7	274,6	260,7	316,2	282,3	278,8	278,6	276,8	340,3	728,4	207,2
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB⁷	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	14.201,9	2.535,0	8.972,3	15.542,2	4.162,1	10.580,2	11.341,4	2.540,8	5.415,4	11.505,3	4.710,4	2.017,6	20.809,0
VI.1. Tesouro Nacional	17.348,5	5.898,1	12.118,5	21.323,7	6.608,5	12.596,1	13.493,4	6.525,1	14.834,0	12.905,4	9.063,7	-3.092,6	23.825,8
VI.2. Previdência Social (RGPS) ⁸	-3.021,9	-3.315,6	-3.135,5	-5.729,5	-2.419,8	-1.903,8	-2.084,8	-3.926,0	-9.350,4	-1.328,1	-4.216,7	4.885,9	-3.005,4
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano ²	1.046,9	942,1	1.129,2	-910,6	1.778,4	2.222,7	1.719,4	4.222,5	2.901,0	1.539,2	10.026,2	1.774,8	
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural ²	-4.068,8	-4.257,7	-4.264,7	-4.818,9	-4.198,2	-4.264,5	-4.307,5	-5.645,5	-5.127,9	-4.229,1	-5.755,9	-5.140,3	-4.780,2
VI.3. Banco Central ⁹	-124,7	-47,5	-10,7	-52,0	-26,6	-112,0	-67,2	-58,3	-68,2	-72,0	-136,6	224,3	-11,4
VII. AJUSTE METODOLÓGICO¹⁰	140,3	139,1	104,5	79,6	211,8	137,8	20,6	199,8	104,4	0,0	0,0	0,0	147,5
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-535,2	-143,8	598,8	-401,7	78,2	-1.014,1	-443,7	-709,5	462,5	-101,4	97,7	485,3	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (VI + VII + VIII)¹¹	13.807,0	2.530,3	9.675,7	15.220,1	4.452,1	9.704,0	10.918,2	2.031,0	5.982,2	11.403,9	4.808,1	2.502,9	nd
X. JUROS NOMINAIS¹¹	-14.830,9	-12.400,5	-13.644,9	-14.405,6	-17.409,6	-16.329,5	-16.755,4	-19.244,1	-11.454,1	-14.524,7	-13.579,7	-15.973,9	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (IX + X)¹¹	-1.023,9	-9.870,2	-3.969,2	814,4	-12.957,5	-6.625,5	-5.837,2	-17.213,1	-5.471,9	-3.120,8	-8.771,6	-13.471,0	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.041,9	989,4	1.020,1	998,7	976,3	1.052,1	1.055,4	1.019,2	1.021,8	1.007,8	1.780,0	1.356,6	1.106,3
RMV ³	151,4	153,3	152,4	151,5	149,7	148,1	146,7	145,0	143,3	142,2	140,7	139,2	150,8

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

⁴ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁵ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁶ Apurado pelo conceito de "Despesas pagas", que corresponde aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais informações da tabela porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), exceto o elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66), conforme detalhamento na tabela A9.

⁷ Despesa correspondente a integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 452/2008 e no Decreto nº 6.713/2008.

⁸ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁹ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

¹⁰ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

¹¹ Pelo critério "abaixo-da-linha", sem desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jan/2011	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2012
I. RECEITA TOTAL	90.874,1	66.980,4	73.536,4	89.354,9	75.600,4	83.665,4	90.139,5	74.965,2	78.476,1	86.715,0	79.736,3	100.362,3	102.443,9
I.1. Receitas do Tesouro	73.648,7	48.985,0	55.294,1	70.586,1	56.326,5	63.849,2	70.168,3	54.293,8	58.472,3	65.988,5	58.973,7	64.710,5	82.650,5
I.1.1. Receita Bruta	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.684,3	56.611,4	59.909,5	68.853,8	60.791,5	65.556,4	83.386,8
I.1.1.1. Impostos	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5	25.321,3	25.435,0	35.366,3	27.889,0	32.952,3	42.373,8
IR	29.749,4	14.644,6	18.468,1	25.933,8	17.450,7	21.107,9	23.311,3	16.159,8	15.873,1	25.426,8	18.328,5	23.364,5	32.505,7
IR - Pessoa Física	1.006,9	774,0	838,2	4.861,4	2.635,7	1.842,2	1.697,4	1.719,3	1.563,8	2.383,7	1.414,9	1.235,7	1.188,2
IR - Pessoa Jurídica	15.838,8	5.929,0	8.635,0	11.160,9	6.182,8	6.673,6	12.380,8	6.080,9	5.804,3	12.611,7	6.656,1	6.100,6	17.727,1
IR - Retido na Fonte	12.903,6	7.941,6	8.994,9	9.911,6	8.632,2	12.592,0	9.233,0	8.359,6	8.505,0	10.431,4	10.257,5	16.028,2	13.590,3
IRRF - Rendimentos do Trabalho	7.110,3	5.105,2	6.407,2	5.998,6	5.362,2	5.183,1	5.225,7	5.076,6	5.330,6	5.199,3	6.577,5	6.248,8	8.278,8
IRRF - Rendimentos do Capital	3.513,4	1.383,8	1.258,9	2.078,5	1.732,2	5.926,1	1.843,9	1.817,7	1.765,1	3.368,9	2.225,4	7.339,8	3.078,8
IRRF - Remessas ao Exterior	1.536,3	903,9	811,8	1.293,6	987,8	815,5	1.451,1	884,8	789,1	1.288,1	857,6	1.782,6	1.442,3
IRRF - Outros Rendimentos	743,6	548,6	517,0	540,9	550,0	667,3	712,4	580,5	620,2	575,0	597,0	657,1	790,4
IPI	3.981,2	3.362,9	3.585,8	3.862,8	3.637,8	3.755,0	4.115,0	3.781,8	4.073,7	4.587,3	4.138,5	4.036,1	4.582,4
IPI - Fumo	347,6	371,2	263,2	331,4	262,1	304,8	286,3	297,7	316,2	305,1	316,8	341,2	324,7
IPI - Bebidas	276,0	188,5	197,4	205,0	222,4	227,8	236,2	231,5	263,7	282,1	295,5	203,6	445,9
IPI - Automóveis	651,4	484,5	603,4	628,1	586,3	593,8	587,3	612,6	585,1	714,6	470,3	460,6	751,9
IPI - Vinculado a importação	959,2	960,0	1.062,1	1.002,4	1.044,3	1.029,4	1.098,3	1.198,9	1.248,4	1.356,3	1.444,9	1.331,4	1.287,6
IPI - Outros	1.747,0	1.358,6	1.459,7	1.695,9	1.522,6	1.599,3	1.906,9	1.441,0	1.660,3	1.929,2	1.611,0	1.699,4	1.772,2
IOF	2.368,1	2.200,4	1.991,5	2.802,1	2.669,7	2.810,3	2.833,9	2.904,3	2.740,9	2.858,5	2.627,7	2.999,7	2.930,6
Imposto de Importação	1.878,0	1.888,8	2.121,0	1.904,2	2.164,8	2.062,3	2.188,8	2.462,0	2.387,3	2.427,3	2.744,2	2.505,6	2.337,7
Outros	9,9	10,0	10,2	10,2	9,3	13,4	15,5	13,3	360,0	66,6	50,1	46,3	17,4
I.1.1.2. Contribuições	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2	22.753,7	25.306,9	23.068,8	22.767,6	30.666,5
COFINS	13.643,6	11.518,4	12.518,6	12.677,3	12.643,8	13.192,2	13.398,6	13.834,0	13.529,7	13.536,4	13.729,9	13.856,2	14.749,8
CPMF	4,8	13,4	11,2	5,3	7,0	4,8	11,2	32,2	7,9	6,4	23,5	17,3	8,4
CSLL	8.020,5	3.359,6	4.229,8	5.238,1	3.165,5	3.370,4	11.660,3	3.335,1	3.088,4	5.921,9	3.585,0	3.152,4	8.905,2
CIDE-Combustíveis	727,2	674,2	662,6	883,7	796,3	746,7	774,6	847,6	911,9	836,5	636,6	426,1	415,7
Pis/Pasep	3.623,6	3.160,5	3.287,0	3.394,8	3.425,4	3.482,4	3.545,4	3.585,6	3.565,9	3.515,7	3.572,4	3.685,3	3.993,7
Salário Educação	1.695,3	996,9	977,1	960,6	981,0	1.010,5	1.010,1	1.043,1	1.218,8	1.058,2	1.059,6	1.104,3	1.934,7
Outras	526,2	373,7	415,1	448,3	390,1	570,2	357,2	493,6	431,0	431,8	461,7	526,1	628,1
I.1.1.3. Demais	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.462,3	8.118,9	11.720,8	8.180,5	9.833,7	9.836,5	10.346,5
CPSS ¹	849,8	861,1	867,7	857,0	864,7	885,0	881,9	879,6	955,4	837,3	1.421,7	1.155,9	900,1
Cota parte de compensações financeiras	3.823,5	1.290,8	1.222,6	4.616,0	1.414,5	1.475,5	5.001,9	1.415,5	1.417,3	4.765,5	1.552,0	1.590,4	5.518,9
Diretamente arrecadadas	2.719,8	2.681,4	2.223,7	4.819,4	2.324,1	2.244,6	2.776,2	2.401,9	2.596,4	2.382,5	3.013,5	2.759,5	3.212,6
Concessões	256,1	9,7	15,6	11,4	1.071,9	346,4	55,7	11,4	14,6	39,6	17,8	2.088,1	291,3
Dividendos	2,3	1.549,1	1.616,3	2.245,9	2.570,6	2.302,8	1.511,6	932,1	4.589,3	9,1	2.100,7	532,7	0,0
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	213,0	795,0	1.317,3	243,4	1.213,2	6.902,6	-765,0	2.478,5	2.147,8	146,5	1.728,1	1.709,9	423,6
I.1.2. (-) Restituições	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9	-1.817,9	-845,2	-736,3
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	17.115,8	17.777,6	18.020,2	18.546,2	19.039,8	19.612,1	19.756,1	20.450,9	19.793,4	20.521,6	20.559,0	34.699,2	19.597,7
Urbana	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0	19.978,4	19.309,4	20.047,9	20.139,3	34.176,6	19.210,6
Rural	374,1	339,0	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1	472,5	484,0	473,7	419,7	522,6	387,1
I.3. Receitas do Banco Central	109,6	217,8	222,1	222,6	234,1	204,1	215,1	220,4	210,5	204,9	203,7	952,7	195,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.553,2	15.851,2	10.475,2	14.397,7	16.281,9	13.984,7	12.340,1	14.188,4	9.633,4	15.247,2	15.152,4	19.377,7	15.622,5
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1	9.802,4	7.869,4	10.374,9	10.907,7	15.447,4	11.290,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5	812,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0	0,0	589,6	0,0	0,0	447,9
II.4. Demais	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4	4.223,5	1.601,5	3.470,2	3.432,2	3.117,8	3.721,4
II.4.1. Salário Educação	440,5	1.140,4	598,4	586,1	577,0	588,2	606,3	606,0	625,8	731,3	634,8	635,8	602,2
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	852,8	2.124,8	1.071,5	791,3	2.767,3	1.044,0	961,3	2.967,3	934,7	1.186,3	2.732,1	1.161,1	1.271,8
II.4.3. Fundef/Fundeb	2.001,0	8,3	501,5	1.586,2	501,5	1.047,6	512,7	634,0	0,0	1.268,0	0,0	1.268,0	1.795,7
II.4.4. Outras	56,9	13,0	14,3	14,7	14,4	14,3	20,2	16,1	41,0	284,5	65,3	52,9	51,7

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jan/2011	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2012
I. DESPESA TOTAL	61.118,9	48.594,2	54.088,8	59.415,0	55.156,4	59.100,5	66.458,1	58.236,0	63.427,3	59.962,4	59.873,5	78.967,0	66.012,4
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	15.718,7	13.519,1	13.770,0	16.392,2	13.868,8	13.769,0	17.350,6	13.501,6	13.705,6	13.530,5	15.303,9	18.847,0	16.318,1
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	86,8	76,9	125,3	3.167,8	778,9	276,1	302,0	136,6	161,7	285,7	56,3	153,6	81,2
I.2. Benefícios Previdenciários	20.137,7	21.093,2	21.155,7	24.275,6	21.459,6	21.515,9	21.840,9	24.376,9	29.143,8	21.849,8	24.775,7	29.813,3	22.603,1
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3	18.258,9	23.532,0	17.146,9	18.600,1	24.150,4	17.435,8
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	174,7	143,4	219,5	2.514,9	234,8	322,4	292,1	407,3	337,8	247,8	468,3	249,3	114,8
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6	6.118,0	5.611,9	4.702,9	6.175,6	5.662,9	5.167,3
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	49,8	40,2	62,2	706,6	66,2	90,8	82,3	137,3	80,9	68,4	156,4	59,0	34,3
I.3. Custeio e Capital	24.939,3	13.520,5	18.733,4	18.286,8	19.364,2	23.334,1	26.798,7	19.891,7	20.118,0	24.120,2	19.268,4	29.402,8	26.725,5
I.3.1. Despesa do FAT	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0	3.113,7	3.242,3	3.435,0	2.414,0	2.847,5	2.345,9
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7	3.059,6	3.216,0	3.410,3	2.371,4	2.784,9	2.315,6
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	33,7	37,4	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2	54,2	26,3	24,7	42,6	62,6	30,3
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	1.694,4	-16,0	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.204,8	520,2	455,2	1.527,5	605,5	876,9	3.272,0
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	1.342,6	-315,9	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3	203,5	165,5	1.425,8	247,2	516,1	2.845,3
Equalização de custeio agropecuário	30,1	0,0	178,4	138,4	3,1	93,1	45,0	0,0	411,0	9,0	9,2	453,2	
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	23,2	0,0	0,0	0,1	6,2	-12,4	22,7	-15,9	0,0	-0,4	0,1	0,1	80,7
Política de preços agrícolas	101,9	-347,6	39,0	-63,6	60,7	109,3	244,8	-34,5	15,4	471,2	-20,9	-110,5	373,8
Equalização Empréstimo do Governo Federal	27,7	0,0	0,5	0,3	0,0	11,7	1,9	0,0	0,0	34,3	0,2	0,2	53,8
Equalização Aquisições do Governo Federal	-73,8	-347,6	-91,4	-63,9	-69,3	57,6	84,9	-34,5	-14,6	164,5	-21,1	-31,7	300,0
Garantia à Sustentação de Preços	148,0	0,0	130,0	0,0	130,0	40,0	158,0	0,0	30,0	272,4	0,0	-79,0	20,0
Pronaf	943,7	5,2	39,3	163,1	122,6	314,1	564,9	-1,8	10,7	153,4	0,3	-2,9	1.546,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	934,5	0,0	8,1	161,4	117,1	291,0	542,6	0,0	0,0	133,7	1,3	10,2	1.528,2
Concessão de Financiamento ⁵	9,2	5,2	31,3	1,7	5,5	23,2	22,3	-1,8	10,7	19,6	-1,0	-13,1	18,7
Proex	111,7	-36,3	26,0	1,4	30,1	9,7	25,3	62,7	61,4	12,6	-2,5	23,5	-34,4
Equalização Empréstimo do Governo Federal	49,3	1,7	46,7	24,0	0,7	59,2	29,0	0,9	99,8	29,1	31,0	33,4	45,5
Concessão de Financiamento ⁵	62,4	-38,1	-20,7	-22,6	29,4	-49,5	-3,8	61,8	-38,5	-16,5	-33,5	-9,9	-79,9
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	108,2	38,5	172,1	6,4	15,7	126,4	64,8	23,1	0,0	19,1	49,3	206,0	44,6
Alcool													0,7
Cacau	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	7,8	20,9	32,3	24,2	17,7	17,2	33,3	125,9	32,8	143,1	42,6	208,5	18,8
Funcafé	15,9	3,6	12,2	5,2	6,4	0,8	0,6	1,2	1,9	2,0	5,1	10,9	11,3
Revitaliza	0,0	0,0	25,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	61,4
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	429,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	240,0
Operações de Microcrédito Produtivo Orientado (EQMPO)													37,4
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁶	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-6,7
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,9	43,4	148,2	148,2	154,4	0,0
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu										65,7	15,8	17,0	17,0
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	351,8	299,9	373,3	369,1	373,3	383,2	203,5	316,7	289,6	101,7	358,3	360,8	426,7
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2	2.092,8	2.098,6	2.113,7	2.112,7	2.121,2	2.301,0
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	19.221,2	9.936,0	13.473,1	13.735,7	14.434,4	17.746,8	15.924,7	14.165,0	14.321,9	17.044,0	14.136,2	23.557,3	18.806,6
I.3.5.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	39,9	32,3	42,6	77,3	738,1	1.416,5	44,8	38,9	45,3	42,4	40,9	35,4	25,0
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	512,1	505,9	561,3	572,1	610,3	596,1	569,2	571,0	564,3	570,6	567,3	801,5	604,9
Legislativo	105,0	89,5	95,8	105,2	114,6	111,3	103,8	112,5	96,1	87,0	101,3	122,4	114,4
Judiciário	407,1	416,4	465,5	466,9	495,7	484,9	465,4	458,5	468,2	483,6	466,0	679,2	490,5
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	1.166,5	315,1	329,4	354,7	505,2	351,5	371,4	305,3	319,9	407,8	142,9	467,1	194,3
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	2.948,9	519,1	1.993,3	2.097,3	2.243,6	2.394,0	2.672,4	1.856,1	1.258,9	2.831,5	2.014,3	5.193,0	3.114,8
I.3.5.5. Outras Obrigatórias	142,2	116,4	92,9	113,9	124,2	145,0	141,2	156,5	120,5	891,5	171,4	407,3	512,9
I.3.5.6. Discricionárias	14.411,6	8.447,2	10.453,6	10.520,3	10.213,0	12.843,6	12.125,7	11.237,0	12.013,1	12.300,1	11.199,4	16.653,0	14.354,7
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	88,9	196,1	197,0	185,8	203,1	165,3	185,5	187,0	181,3	185,2	185,2	175,4	158,5
I.5. Despesas do Banco Central	234,3	265,3	232,7	274,6	260,7	316,2	282,3	278,8	278,6	276,8	340,3	728,4	207,2
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.041,9	989,4	1.020,1	998,7	976,3	1.052,1	1.055,4	1.019,2	1.021,8	1.007,8	1.780,0	1.356,6	1.106,3
RMV ⁷	151,4	153,3	152,4	151,5	149,7	148,1	145,0	143,3	142,2	140,7	140,7	139,2	150,8

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOIRO NACIONAL *

R\$ milhões

	Jan/2011	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2012
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	60.929,8	85.174,8	73.611,2	80.508,6	87.599,8	77.869,6	82.379,2	92.358,6	77.614,4	78.793,0	93.472,8	113.794,7	76.641,1
I.1 - Recolhimento Bruto	40.091,4	64.761,8	52.142,6	58.106,1	63.938,5	55.178,7	60.919,4	67.978,0	53.431,3	54.411,6	71.615,5	73.165,4	54.658,8
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0	-0,7	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.781,3	1.787,0	1.810,0	1.388,6	2.284,2	1.837,6	1.297,9	2.476,9	1.872,5	1.950,4	1.154,7	3.216,1	1.704,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	240,9	499,9	478,3	185,7	291,8	152,5	170,9	115,0	142,0	178,3	164,2	170,1	344,8
I.5 - Receita do Salário Educação	1.881,1	1.099,6	1.083,7	1.067,4	1.089,0	1.121,7	1.120,2	1.155,4	1.182,5	1.177,7	1.175,7	1.229,9	2.153,4
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	16.987,0	17.026,6	18.096,5	19.760,8	20.066,4	19.579,2	18.897,2	20.634,4	21.086,5	21.098,4	19.362,7	36.013,9	17.779,8
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	105.063,9	80.352,8	76.132,6	80.238,3	88.486,6	82.907,2	94.114,2	91.445,3	78.088,1	79.288,2	99.952,2	103.890,5	84.800,5
II.1 - Liberações Vinculadas	21.910,2	19.941,0	13.611,2	17.998,4	19.704,7	16.869,8	15.827,0	17.659,0	13.578,2	18.077,3	18.409,9	19.616,0	19.337,9
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	12.323,4	13.222,3	8.662,3	11.488,9	13.073,7	11.863,4	10.137,5	10.447,5	8.384,4	11.051,8	11.622,8	16.278,1	12.048,2
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,0	3.356,7	1.646,5	2.152,9	3.589,6	1.601,7	2.791,8	3.448,4	1.738,9	2.401,8
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	7.585,8	3.288,9	3.102,3	4.477,0	3.111,9	3.197,4	3.374,0	3.459,4	3.429,5	3.421,2	2.526,2	786,5	4.725,4
II.2 - Liberações Ordinárias	83.153,7	60.411,8	62.521,4	62.239,9	68.781,9	66.037,3	78.287,2	73.786,3	64.510,0	61.210,9	81.542,2	84.274,5	65.462,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.289,3	14.630,1	15.837,1	17.716,6	14.847,3	18.336,4	14.972,2	14.886,0	15.147,2	14.879,9	21.846,4	17.445,1	17.352,7
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	3.686,8	411,1	334,8	607,4	129,4	148,7	1.305,7	640,3	106,8	94,3	119,4	713,0	1.505,1
i) Dívida Contratual Interna	80,8	104,0	108,5	107,4	98,6	101,0	104,4	134,4	95,9	94,3	85,9	643,9	0,0
ii) Dívida Contratual Externa	3.605,9	307,1	226,3	500,0	30,8	47,7	1.201,3	505,9	10,9	0,0	33,5	69,1	1.505,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	18.018,3	5.707,8	5.159,3	790,6	8.907,4	3.110,0	18.401,6	6.131,3	2.021,4	2.264,1	8.163,4	3.205,5	2.540,2
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	27.014,3	21.277,7	20.726,3	24.265,3	21.408,7	21.190,7	21.673,8	27.880,7	25.859,5	20.975,6	28.542,9	25.779,8	23.316,3
II.2.5 - Custeio e Investimento	16.787,9	18.267,9	19.674,2	18.437,0	23.057,6	22.566,8	21.050,2	24.126,3	21.218,9	22.180,1	22.723,3	36.878,0	18.192,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	1.357,0	117,2	789,6	422,9	431,5	684,8	883,7	121,7	156,1	816,9	146,8	253,1	2.555,6
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOIRO (I - II)	-44.134,1	4.822,0	-2.521,4	270,3	-886,8	-5.037,6	-11.735,0	913,3	-473,7	-495,1	-6.479,4	9.904,2	-8.159,4
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	37.397,4	33.759,2	38.212,3	49.524,4	39.214,5	38.019,8	38.671,5	22.800,0	22.780,5	23.797,4	32.189,9	19.704,7	82.376,3
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7	37.575,1	36.773,4	37.575,6	21.346,7	21.489,0	22.203,3	29.396,2	17.915,3	80.449,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.362,0	2.052,6	1.365,7	1.397,8	1.639,4	1.246,4	1.095,8	1.453,3	1.291,5	1.594,0	2.793,7	1.789,5	1.926,8
V. DESPESAS	96.762,3	1.091,4	26.283,3	22.785,6	37.333,0	16.631,9	103.978,9	734,4	7.080,7	26.569,9	18.609,2	18.733,8	110.153,1
V.1 - Amortização da Dívida Interna	93.841,6	874,0	25.551,0	22.085,6	35.819,0	16.222,9	101.822,9	322,4	7.051,4	26.569,6	15.593,2	18.544,5	108.939,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	93.671,7	652,4	25.311,3	21.850,1	35.582,9	15.985,1	101.578,6	72,3	6.810,8	26.312,0	15.353,1	18.151,3	108.939,8
V.1.2 - Dívida Contratual	170,0	221,6	239,7	235,4	236,2	237,8	244,3	250,1	240,6	257,6	240,1	393,2	0,0
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.920,6	217,4	732,3	700,0	1.514,0	409,0	2.155,9	412,0	29,3	0,3	3.016,0	189,3	1.213,2
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	-57.636,3	31.054,2	11.535,2	26.276,5	1.992,3	20.788,3	-64.003,0	21.274,4	14.678,2	-4.108,7	14.043,1	-236,1	-28.490,3
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOIRO/BACEN	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8	13.458,5	6.726,6	-256,1	-16.904,7
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-115.446,8	39.884,5	11.965,1	36.869,1	-3.392,2	9.686,0	-91.492,2	42.084,1	23.971,9	10.190,8	13.827,9	10.619,0	-52.840,8

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Jan/2011	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2012
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	36.052,1	5.394,7	30.431,4	9.869,3	9.519,9	8.335,7	36.014,6	22.905,3	8.745,8	25.958,5	26.539,4	29.899,0	4.095,3
I.1. Emissão de Títulos	33.907,2	1.877,6	21.928,4	5.486,1	5.065,0	4.081,4	32.875,8	7.003,9	4.808,5	21.682,0	22.489,2	25.071,8	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.823,4	3.259,5	3.261,8	4.137,8	4.272,9	4.081,5	2.990,0	3.274,8	3.766,3	4.124,0	3.910,8	4.640,9	3.718,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	321,5	257,6	205,8	245,4	182,0	172,8	148,8	178,5	171,0	152,5	139,5	186,3	377,3
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	5.035,5	0,0	0,0	0,0	0,0	12.448,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	48.000,0	3.000,0	27.873,8	9,4	13.906,9	15.000,0	50.464,4	3.800,0	0,0	12.500,0	19.812,9	30.155,2	21.000,0
II.1. Resgate de Títulos	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4	10.135,6	13.235,4	43.702,0	0,0	0,0	12.008,5	17.787,4	24.978,0	18.000,0
II.2. Encargos da DPMF	7.000,0	3.000,0	5.093,1	0,0	3.771,2	1.764,6	6.762,4	3.800,0	0,0	491,5	2.025,5	5.177,2	3.000,0
III. RESULTADO (I - II)	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.745,8	13.458,5	6.726,6	-256,1	-16.904,7

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/11	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/12
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	825.378,0	835.141,9	832.936,1	829.439,2	839.082,5	842.873,7	844.709,9	847.683,6	844.542,8	847.498,4	850.344,6	853.155,9	907.114,7
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4	2.456.348,2	2.485.834,4	2.517.419,4	2.495.317,6
DPMFi em Poder do Público ¹	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8	1.752.613,4	1.783.060,6	1.724.320,5
DPMFi em Poder do Banco Central	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6	749.061,1	751.837,2	791.340,1
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4	-26.610,6	-27.248,9	-29.806,0
Demais Obrigações Internas	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2	10.770,6	9.770,5	9.463,0
I.2. HAVERES INTERNOS	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.956,8	1.539.912,6	1.586.438,6	1.608.849,8	1.635.489,8	1.664.263,5	1.588.202,9
Disponibilidades Internas	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	456.418,1	474.835,5	476.209,6	396.377,2
Haveres junto aos Governos Regionais	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.813,6	486.817,7	486.571,4	484.434,6
Haveres da Administração Indireta	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.062,8	255.821,1	258.179,8	264.839,5	263.852,0
Haveres Administrados pela STN	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1	415.656,7	436.643,0	443.539,1
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	86.213,9	85.490,6	83.232,0	81.278,1	80.796,6	75.677,8	74.274,8	75.012,0	84.330,1	73.533,4	80.519,9	82.877,8	76.507,1
II.1. DÍVIDA EXTERNA	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1	80.925,2	83.292,6	76.794,2
Dívida Mobiliária	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0	69.383,6	71.722,5	66.211,6
Dívida Contratual	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1	11.541,6	11.570,1	10.582,6
II.2. HAVERES EXTERNOS	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	911.592,0	920.632,5	916.168,1	910.717,3	919.879,1	918.551,5	918.984,7	922.695,6	928.872,9	921.031,7	930.864,5	936.033,7	983.621,8
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	23,9%	23,9%	23,6%	23,3%	23,3%	23,0%	22,8%	22,8%	22,8%	22,5%	22,6%	22,6%	23,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/11	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/12
I. DÍVIDA INTERNA	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4	2.456.348,2	2.485.834,4	2.517.419,4	2.495.317,6
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO¹	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8	1.752.613,4	1.783.060,6	1.724.320,5
LFT	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9	553.808,7	544.947,7	552.534,0	560.437,3	560.610,9	565.160,1	564.728,6	548.664,1	556.027,0
LTN	291.543,3	309.295,4	328.884,9	341.510,3	368.353,2	416.106,3	333.917,2	347.775,0	365.593,4	357.675,9	380.993,8	402.376,0	426.579,9
NTN-B	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9	391.740,4	412.326,0	427.018,9	432.793,1	441.275,3	451.146,4	443.606,0	453.528,8	466.263,1
NTN-C	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4	61.758,6	62.134,3	60.547,1	61.341,7	61.667,8	61.632,2	62.143,9	62.443,1	60.893,7
NTN-F	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2	254.944,2	260.188,2	252.759,2	256.328,2	260.177,6	263.372,6	266.926,7	280.253,1	179.929,7
Dívida Securitizada	8.980,7	8.947,8	8.986,9	9.030,8	9.673,8	9.063,4	9.032,8	10.086,4	8.982,5	9.009,8	8.989,6	9.718,6	9.557,3
Demais Títulos em Poder do Público	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1	24.933,0	24.695,3	23.997,8	24.195,8	25.610,8	24.627,8	25.224,9	26.076,9	25.069,8
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6	749.061,1	751.837,2	791.340,1
LFT	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7	255.610,5	243.081,5	245.433,4	248.068,6	250.404,0	252.611,6	254.784,4	226.960,1	228.981,4
LTN	108.573,3	111.369,3	129.846,7	136.429,7	142.864,2	144.251,8	127.842,7	133.125,4	139.435,9	128.285,5	134.447,9	148.876,8	184.218,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6	318.729,5	326.312,2	327.896,4	330.124,8	333.351,0	358.558,5	359.828,8	376.000,3	378.139,8
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4	-26.610,6	-27.248,9	-29.806,0
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2	10.770,6	9.770,5	9.463,0
II. DÍVIDA EXTERNA	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1	80.925,2	83.292,6	76.794,2
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0	69.383,6	71.722,5	66.211,6
Euro	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9	4.108,1	4.044,2	3.966,1	4.077,2	4.236,1	4.038,2	4.198,4	4.214,5	3.984,0
Global US\$	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1	45.960,0	45.670,7	45.023,9	45.225,7	52.148,0	47.547,1	53.153,9	55.362,7	50.628,8
Global BRL	11.491,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9	11.919,3	12.028,7	11.490,2	11.595,6	11.701,9	11.809,3	11.917,7	12.027,1	11.488,6
Demais Títulos Externos	159,6	159,2	126,4	122,7	123,9	123,0	123,3	126,3	115,1	105,4	113,6	118,2	110,2
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1	11.541,6	11.570,1	10.582,6
Organismos Multilaterais	16.848,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2	15.393,4	10.264,8	10.166,8	10.370,7	12.046,9	6.312,1	6.726,4	6.913,0	6.396,5
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.584,9	3.555,0	3.469,6	3.503,0	3.571,1	3.841,3	3.868,7	4.039,0	4.573,2	4.125,0	4.815,2	4.657,1	4.186,1
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	2.312.833,0	2.359.935,8	2.385.088,1	2.436.146,5	2.445.651,9	2.500.773,3	2.418.305,7	2.463.030,7	2.515.802,7	2.530.285,3	2.566.759,6	2.600.712,0	2.572.111,8
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	60,7%	61,3%	61,5%	62,3%	61,9%	62,6%	60,1%	60,8%	61,7%	61,8%	62,4%	62,9%	62,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/11	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/12
I. HAVERES INTERNOS	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.956,8	1.539.912,6	1.586.438,6	1.608.849,8	1.635.489,8	1.664.263,5	1.588.202,9
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	456.418,1	474.835,5	476.209,6	396.377,2
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.813,6	486.817,7	486.571,4	484.434,6
Bônus Renegociados	5.287,3	5.228,4	5.094,2	4.721,1	4.724,4	4.668,2	4.645,0	4.728,2	5.505,0	4.971,7	5.402,3	5.542,3	5.131,0
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.150,1	2.120,3	2.094,6	2.066,1	2.039,1	2.011,4	1.985,1	1.960,0	1.934,4	1.907,5	1.880,6	1.854,4	1.829,5
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.689,5	11.772,2	11.852,8	11.892,4	11.918,8	11.886,8	11.853,4	11.819,9	11.858,1	11.912,7	11.925,7	11.942,0	11.906,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	33.479,1	32.990,4	32.729,4	32.348,1	31.880,7	31.483,5	31.042,8	30.521,4	30.140,7	29.738,8	29.360,7	26.983,0	26.511,6
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	351.411,2	354.864,9	358.275,8	360.930,9	362.304,4	362.302,6	362.265,1	361.507,8	363.607,3	366.234,8	367.684,0	369.357,5	368.404,4
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	56.043,5	56.733,1	57.379,4	58.057,3	58.234,4	58.349,1	58.606,2	58.483,9	58.939,8	59.490,8	58.951,1	59.271,6	59.256,8
Antecipação de Royalties	10.255,2	9.435,5	9.373,2	9.293,5	9.097,6	9.077,4	9.040,1	8.987,4	9.018,2	9.050,7	9.069,2	9.065,6	8.865,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.478,4	2.489,9	2.473,8	2.475,4	2.485,9	2.480,8	2.479,1	2.485,1	2.519,9	2.506,5	2.544,1	2.555,0	2.529,1
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.062,8	255.821,1	258.179,8	264.839,5	263.852,0
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	146.958,7	147.961,9	149.142,1	150.092,9	151.872,0	152.822,5	151.117,3	151.923,8	152.804,8	153.621,8	154.522,7	158.477,7	156.767,2
Fundos Constitucionais Regionais	58.617,7	59.413,1	59.921,7	60.553,8	61.251,9	61.940,0	62.625,5	63.296,6	63.830,1	64.716,0	65.350,5	66.175,8	66.828,8
Fundos Diversos	33.355,5	32.692,1	32.606,2	32.512,4	32.614,7	33.220,2	34.870,5	35.465,8	36.427,9	37.483,2	38.306,6	40.185,9	40.256,0
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1	415.656,7	436.643,0	443.539,1
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.635,7	5.641,6	5.647,3	5.653,0	5.659,3	5.666,9	5.672,1	5.677,4	5.699,0	5.705,4	5.710,6	5.712,3	5.720,9
Haveres de Operações Estruturadas	52.091,3	52.545,9	50.360,4	50.408,3	53.533,1	53.561,8	53.678,9	54.209,8	56.650,8	55.891,4	57.330,3	59.978,6	58.877,6
Haveres Originários de Privatizações	7.803,1	7.795,8	7.790,9	7.783,8	7.769,8	7.764,6	7.758,8	7.753,2	8.210,5	8.204,5	8.198,0	8.191,4	8.185,3
Haveres de Legislação Específica	273.280,4	273.720,7	278.318,5	277.901,8	278.975,1	309.377,8	310.062,1	311.535,9	317.162,6	314.604,1	317.943,9	336.235,0	344.487,9
Demais Haveres Administrados pela STN	27.239,0	26.849,7	26.627,3	26.358,6	26.301,8	26.166,8	26.294,1	26.392,0	27.034,0	26.391,6	26.474,0	26.525,8	26.267,4
II. HAVERES EXTERNOS	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3	414,9	287,1
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.401.241,0	1.439.303,3	1.468.920,0	1.525.429,2	1.525.772,8	1.582.221,8	1.499.321,0	1.540.335,2	1.586.929,9	1.609.253,6	1.635.895,1	1.664.678,4	1.588.490,0
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	36,8%	37,4%	37,9%	39,0%	38,6%	39,6%	37,3%	38,0%	38,9%	39,3%	39,7%	40,3%	38,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO JANEIRO 2012/2011 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2011						2012					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	4.650,0	-	-	-	4.710,1	4.710,1	207.627,1	3.118,2	-	-	3.127,4	3.127,4
Senado Federal	785,5	-	-	-	3.623,8	3.623,8	53.612,8	1.102,5	-	-	555,2	555,2
Tribunal de Contas da União	-	-	-	-	3.103,9	3.103,9	48.953,9	370,2	3,2	3,2	1.329,0	1.332,2
Supremo Tribunal Federal	46,5	-	-	-	728,6	728,6	56.460,3	11,0	4,7	4,7	608,3	613,0
Superior Tribunal de Justiça	30,0	-	-	-	1.310,5	1.310,5	24.531,0	3.214,7	-	-	1.193,0	1.193,0
Justiça Federal	35.373,9	186.873,6	33,1	33,1	31.635,5	31.668,6	253.633,9	211.973,8	-	-	13.479,9	13.479,9
Justiça Militar	20,2	-	-	-	493,9	493,9	19.568,8	10,0	-	-	310,0	310,0
Justiça Eleitoral	81.953,1	-	-	-	21.765,7	21.765,7	260.220,5	834,1	10,8	10,8	33.723,0	33.733,8
Justiça do Trabalho	2.390,7	-	-	-	15.280,5	15.280,5	530.101,3	6.895,0	145,9	139,4	17.329,8	17.469,2
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	-	-	-	-	5.877,9	5.877,9	75.638,9	1.184,0	-	-	4.110,2	4.110,2
Conselho Nacional de Justiça	-	-	-	-	1.989,2	1.989,2	95.069,3	-	-	-	2.823,7	2.823,7
Presidência da República ³	57.534,0	-	-	-	318.135,3	318.135,3	2.044.838,6	1.823,4	-	-	37.332,2	37.332,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	139.440,6	-	-	-	2.154,8	2.154,8	202.646,4	300,0	0,4	0,4	233,5	233,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	-	-	-	-	36.830,0	36.830,0	1.825.238,6	-	-	-	31.953,9	31.953,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	200,0	-	-	-	147.755,9	147.755,9	1.908.106,5	56.340,8	2.566,8	133,1	40.127,9	40.261,0
Ministério da Fazenda	465.824,8	11.335,9	-	-	191.435,6	191.435,6	1.049.902,9	17.711,7	-	-	114.525,5	114.525,5
Ministério da Educação	358.415,3	-	-	-	1.143.819,0	1.143.819,0	12.192.472,9	37.855,3	1.406,1	461,4	1.149.591,2	1.150.052,5
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	-	-	-	-	2.601,9	2.601,9	204.833,8	0,5	-	-	4.290,9	4.290,9
Ministério da Justiça	65.059,0	-	-	-	75.907,4	75.907,4	2.396.295,3	1.796,9	-	-	53.346,4	53.346,4
Ministério de Minas e Energia	16.500,0	-	-	-	7.768,2	7.768,2	112.805,3	272,7	3,0	3,0	5.586,9	5.589,8
Ministério da Previdência Social	607,3	-	-	-	16.927,8	16.927,8	277.418,4	686,0	-	-	8.308,3	8.308,3
Ministério Público da União	7.250,0	-	-	-	6.635,6	6.635,6	215.130,9	274,9	-	-	45.162,2	45.162,2
Ministério das Relações Exteriores	-	-	-	-	464,1	464,1	62.950,0	2.257,3	2.257,3	2.257,3	223,0	2.480,3
Ministério da Saúde	162.140,7	5.141,2	1.904,1	1.904,1	222.210,4	224.114,5	9.698.355,0	3.951,3	32,1	32,1	328.477,5	328.509,6
Ministério do Trabalho e Emprego	-	-	-	-	2.139,0	2.139,0	89.043,3	16,4	-	-	4.249,0	4.249,0
Ministério dos Transportes	368.569,5	-	-	-	2.216.760,8	2.216.760,8	17.700.245,8	5.266,3	-	-	692.207,7	692.207,7
Ministério das Comunicações	-	-	-	-	494,2	494,2	433.383,2	-	-	-	20.466,6	20.466,6
Ministério da Cultura	-	-	-	-	11.712,5	11.712,5	646.692,4	21,1	-	-	8.276,7	8.276,7
Ministério do Meio Ambiente	116.618,0	-	-	-	11.317,0	11.317,0	228.569,0	127,2	45,6	45,6	9.580,5	9.626,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	349.583,9	-	-	-	39.445,1	39.445,1	2.446.886,4	-	-	-	54.991,1	54.991,1
Ministério do Esporte	-	-	-	-	21.659,5	21.659,5	1.468.569,1	16,8	-	-	129.257,9	129.257,9
Ministério da Defesa	298.905,5	6,0	-	-	1.218.589,8	1.218.589,8	9.331.816,2	360,6	-	-	571.530,1	571.530,1
Ministério da Integração Nacional	536.747,7	18.282,4	3.000,0	3.000,0	507.450,2	510.450,2	6.342.139,8	47.408,2	12.526,7	12.526,7	209.224,5	221.751,2
Ministério do Turismo	-	-	-	-	45.388,8	45.388,8	1.907.944,5	-	-	-	62.169,6	62.169,6
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	-	-	-	-	46.718,5	46.718,5	1.142.835,8	2.593,5	-	-	202.802,3	202.802,3
Ministério das Cidades	1.054.166,7	-	-	-	1.461.631,3	1.461.631,3	20.021.772,9	-	-	-	2.620.442,9	2.620.442,9
Ministério da Pesca e Agricultura	-	-	-	-	21.426,0	21.426,0	125.848,5	2,0	-	-	2.903,2	2.903,2
Conselho Nacional do Ministério Público	-	-	-	-	145,3	145,3	18.511,8	-	-	-	92,6	92,6
TOTAL	4.122.812,8	221.639,0	4.937,3	4.937,3	7.868.043,3	7.872.980,6	95.720.671,0	407.796,4	19.002,6	15.617,7	6.485.943,3	6.501.561,0

Dados sujeitos à alteração.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, contemplando grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção das despesas financeiras. Inclui despesas do Programa Minha Casa Minha Vida.

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano de referência. Exclui Ordens Bancárias do último dia do mês de referência, com impacto no caixa do período seguinte.

³ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União.

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVII - nº 1 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

JANEIRO / 2012

Comentários

Em janeiro de 2012 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -29,1%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior, computando-se em dezembro/2011 o valor de R\$ 2.790.548,0 mil, correspondente à Emenda Constitucional 55/2007 (FPM 1%) , sem esse item o decréscimo foi de -8,8%.

Foi registrado no mês de janeiro um grande volume de compensações no IPI, de R\$ 2.480.356 (mil), impactando significativamente a parcela dos repasses derivada desse tributo.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 8.888.361,2 (mil), ante R\$ 12.537.172,4 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil					
	2011		2012		Variação Nominal	
	Dezembro	Janeiro	Dezembro	Janeiro	Jan/2012 Dez/2011	Jan/2012 Jan/2011
FPM	3.029.193,1	4.567.382,8	7.774.617,2	4.545.184,8	-41,5%	-0,5%
FPE	2.894.562,1	4.364.387,9	4.762.555,1	4.343.176,4	-8,8%	-0,5%
IPI-Exp	226.763,5	317.943,3	378.856,5	144.151,5	-62,0%	-54,7%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);
No FPM de dezembro está incluída a parcela da EC 55/2007 (1%)

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM (sem a EC55/2007)		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
DEZEMBRO	-12,5 %	- 8,8 %	-12,5 %	- 8,8 %	- 21 %	- 62 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	FEV/JAN	MAR/FEV	ABR/MAR
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 20 %	- 26 %	+ 25 %
IPI - EXP	+ 128 %	+ 1 %	+ 16 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/12/2011 a 20/01/2012, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
DEZ/3º DEC	125.255	10.140.416	10.265.671	JAN/1º DEC	1.765.695	1.847.821	10.020	3.623.537
JAN/1º DEC	793.857	2.980.462	3.774.319	JAN/2º DEC	649.183	679.377	63.509	1.392.069
JAN/2º DEC	882.781	10.328.255	11.211.036	JAN/3º DEC	1.928.298	2.017.987	70.623	4.016.907
TOTAL	1.801.893	23.449.132	25.251.026	TOTAL	4.343.176	4.545.185	144.151	9.032.512

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Estão incluídas na arrecadação bruta do 2º decêndio de janeiro/2012 parcelas de IR no montante de R\$ 1.005.910 mil e de IPI de R\$ 225.050 mil, obtidas por classificação por estimativa, conforme previsão da Portaria MF nº 232, de 20 de maio de 2009, realizada a partir de valores arrecadados no período de outubro/2011 a dezembro/2011, tendo o crédito correspondente aos Fundos ocorrido em 27/01/2012.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	22.550,5	148.580,1	13,8
ALAGOAS	AL	108.186,7	180.680,5	201,4
AMAZONAS	AM	67.233,0	121.192,0	1.042,6
AMAPÁ	AP	16.161,0	148.189,2	245,1
BAHIA	BA	413.338,7	408.093,5	7.510,9
CEARÁ	CE	237.079,5	318.654,5	944,2
DISTRITO FEDERAL	DF	7.639,0	29.976,6	141,4
ESPÍRITO SANTO	ES	80.123,1	65.147,6	8.815,2
GOIÁS	GO	165.835,1	123.480,8	2.393,6
MARANHÃO	MA	189.060,3	313.499,2	1.424,6
MINAS GERAIS	MG	595.451,8	193.466,8	21.814,6
MATO GROSSO DO SUL	MS	69.010,7	57.851,1	2.008,8
MATO GROSSO	MT	82.949,3	100.236,2	1.666,4
PARÁ	PA	167.195,9	265.454,9	9.277,4
PARAÍBA	PB	146.841,5	207.990,4	153,6
PERNAMBUCO	PE	227.962,5	299.687,9	680,7
PIAUI	PI	120.486,2	187.686,0	32,5
PARANÁ	PR	308.771,2	125.222,5	10.876,7
RIO DE JANEIRO	RJ	137.004,7	66.350,7	25.859,5
RIO GRANDE DO NORTE	RN	114.489,7	181.453,6	120,4
RONDÔNIA	RO	38.478,2	122.286,5	198,9
RORAIMA	RR	12.508,7	107.741,2	9,0
RIO GRANDE DO SUL	RS	307.882,4	102.273,1	12.255,9
SANTA CATARINA	SC	176.939,8	55.584,0	7.525,1
SERGIPE	SE	67.805,4	180.472,0	51,8
SÃO PAULO	SP	599.626,6	43.431,8	28.830,3
TOCANTINS	TO	64.573,3	188.493,9	57,0
TOTAL		4.545.184,8	4.343.176,4	144.151,5

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 2011, foi publicada a Portaria STN nº 811, de 7 de dezembro de 2011, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2012, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br